

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO E DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL: A CRESOL DE CERRO
AZUL NO VALE DO RIBEIRA - PR

SHEILA BRANDÃO

2010



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO RURAL: A CRESOL DE CERRO
AZUL NO VALE DO RIBEIRA - PR

SHEILA BRANDÃO

Sob a orientação do Prof. Dr.

NELSON GIORDANO DELGADO

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre de Ciências**
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade.

Seropédica, RJ
Setembro de 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E
SOCIEDADE

SHEILA BRANDÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 27/09/2010

Nelson Giordano Delgado (Dr) CPDA/UFRRJ
(Orientador)

Hemerson Luiz Pase (Dr.) UFPEL
PROF.

Jorge Romano (Dr.) CPDA/UFRRJ
PROF.

“A vida de um intelectual comprometido é uma luta permanente, e a idéia de que é um lutador, perseguindo sonhos, lhe proporcionam meios para dominar suas emoções. A noção de um homem em estado de luta contém quatro conceitos: Primeiro, ele deve ter o senso do respeito. Segundo, deve ter medo. Terceiro, deve ter clareza. Finalmente, deve estar seguro de si”.

Parafraseando o feiticeiro yaqui Don Juan.

AGRADECIMENTOS

O conhecimento requer por vezes o recolhimento e a clausura, mas, na maioria das vezes, é um empreendimento que necessita do convívio e da partilha na mais clara evidência da necessária sociabilidade com aqueles que nos cercam. Dessa forma, muito do que aprendemos está nos encontros e desencontros que tivemos, buscando cruzar pela estreita porta da curiosidade e do deslumbramento à procura do desvelar do saber.

Agradeço primeiramente a todos os agricultores familiares de Cerro Azul, a Cooperativa de Crédito com Interação Solidária Cresol, pela disponibilidade de tempo, dedicação e informações durante a pesquisa a campo e sem a qual o presente trabalho não seria o mesmo.

Agradeço ao meu Orientador e Mestre Nelson G. Delgado, que sempre teve muita paciência, dedicação, atenção e carinho para comigo e minhas teimosias. Agradeço de coração foi uma experiência fundamental na minha formação como ser humano, acadêmica e profissional.

Agradeço a minha família que colaborou para que chegasse até aqui, com incentivos financeiros, afetivos e entusiasmo, como família agradeço ao Osni G. Ferraz que sempre me incentivou a continuar com os estudos e deu seu voto de confiança na minha capacidade, dedicação e força de vontade. Agradeço também a Ana Lúcia Hanisch pela força na revisão e correção, pelo carinho e atenção sempre.

Agradeço a um mestre amigo, que muito colaborou na minha passagem pelo mestrado Hemerson L. Pase, dando sua fundamental colaboração, para que o trabalho ficasse sempre melhor. Agradeço do fundo do coração por tudo que me ajudou e ensinou essa é a nossa vitória.

Agradeço ao companheiro e amigo Samuel T. Tonin, que sempre teve ouvidos mesmo a distância para minhas dúvidas e inquietações em todos os âmbitos de minha vida especialmente durante esse período.

Agradeço a minha querida e amada amiga Mirna Ribeiro, pela amizade, carinho e atenção, pelas noites e dias que colaborou na correção do projeto de pesquisa e da dissertação, sempre incentivando, a continuar, a seguir em frente.

Com muito carinho e atenção agradeço aos funcionários e professores do CPDA/UFRRJ, pois sempre de forma muito precisa e preciosa estiveram a disposição para que ocorresse o enriquecimento acadêmico que fui buscar quando resolvi me inscrever para o curso.

Da mesma forma agradeço aos meus colegas de aulas, pela companhia, dedicação, trocas de experiências de vida e amizade que construímos nesse período.

Agradeço a Capes pela bolsa de estudo que possibilitou a realização desse mestrado e de todo o aperfeiçoamento adquirido.

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	5
<i>ABSTRACT</i>	9
<i>INTRODUÇÃO</i>	10
<i>1 – HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO</i>	13
1.1 A ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL	14
1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO	23
<i>2 O CRÉDITO RURAL NO BRASIL</i>	29
2.1 O MICROCRÉDITO RURAL E O SURGIMENTO DO SISTEMA CRESOL	34
<i>3 O VALE DO RIBEIRA E CERRO AZUL</i>	40
3.1 – O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL	45
<i>4 - CRESOL EM CERRO AZUL NO VALE DO RIBEIRA –PR</i>	49
4.1 - A CRESOL CERRO AZUL EM NÚMEROS	56
<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS</i>	71
<i>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS</i>	73

RESUMO

BRANDÃO. Sheila. **Cooperativismo de Crédito Rural: A Cresol de Cerro Azul no Vale do Ribeira –PR**. 2010. 80 pg. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010. Orientação Prof. Dr. Nelson Giordano Delgado.

A presente pesquisa busca analisar o impacto da Cooperativa Cresol em Cerro Azul no Vale do Ribeira -PR. Para alcançarmos esse objetivo iremos conhecer e analisar as características da Cooperativa Singular Cresol em Cerro Azul, sua história, sua trajetória no município, seus números, evolução de associados, contratos, e valores por ela repassados e seus indicadores econômicos. Para desenvolvermos a questão faremos uso de dois eixos norteadores da pesquisa: i) Razões e motivações da Cresol em se instalar em Cerro azul, sua história, evolução e perspectivas; ii) Caracterização de seus associados e o acesso fornecido por ela às políticas de financiamento rural e seu impacto ao agricultor. Acreditamos que esses dois eixos norteadores consigam captar de forma ampla e direcionada a investida para entendermos a atuação e desenvolvimento da Cooperativa Cresol. O nosso problema de pesquisa é: A Cresol criou impactos aos agricultores familiares, bem como no município e na região onde se instalou? Como hipótese tem uma central: i – A instalação da Cresol em Cerro Azul representa uma alternativa econômica aos seus associados, na medida em que fortalece e viabiliza as unidades e sistemas de produção familiar. Para isso realizamos entrevistas com os agricultores associados a cooperativa e com a direção da cooperativa e agentes de desenvolvimento.

Palavras-chave: Cooperativismo de Crédito, Financiamento Rural, Cresol.

ABSTRACT

BRANDÃO. Sheila. **Cooperativismo de Agrícola Crédito: The Cresol de Blue Cerro in the Valley of Ribeira - PR.** 2010. 80 pg. Dissertação (Mestrado in Development, Agriculture and Society). Institute of Sciences Social Human beings and, Agricultural Federal University of Rio De Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2010.

The present research searches to analyze the impact of the arrival of the Cresol in Blue Cerro in the Valley of the Ribeira - PR. Para to reach this objective we will go to know and to analyze the characteristics of the Singular Cooperative Cresol in Blue Cerro, its history, its trajectory in the city, its numbers, evolution of associates, contracts, and values for it repassed and its economic pointers. To develop the question we will make use of two axles norteadores of the research: i) Reasons and motivations of the Cresol in if installing in blue Cerro, its history, evolution and perspectives; II) Characterization of its associates and the access supplied for it to the politics of agricultural financing and its impact to the agriculturist. We believe that these two axles norteadores obtain to catch of form ample and directed the onslaught to understand the performance and development of the Cresol Cooperative. As hypotheses we have two being they: i - The Cresol created impacts to the familiar agriculturists, as well as in the city and the region where if it installed; II - The installation of the Cresol in Blue Cerro represents a economic alternative to its associates, in the measure where it fortifies and it makes possible the units and systems of familiar production. For this we carry through interviews with the agriculturists associates the cooperative and the direction of the cooperative and agents of development.

Keywords: Cooperativismo de Crédito, Agricultural Financing, Cresol.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca analisar o impacto da Cresol – Cooperativa de Crédito com Integração Solidária – no município de Cerro Azul na região do Vale do Ribeira/PR, a partir de sua instalação em 2002, devido ao fato da mesma ser considerada uma inovação em comparação ao sistema bancário tradicional. Para alcançar esse objetivo foi proposto conhecer e analisar as características da Cooperativa Singular Cresol em Cerro Azul, sua história, sua trajetória no município, seus números, a evolução de seus associados, os contratos e os valores por ela repassados e seus indicadores econômicos.

Para o alcance deste objetivo serão utilizados dois eixos norteadores da pesquisa: i) razões e motivações da Cresol em se instalar em Cerro azul, sua história, evolução e perspectivas; ii) caracterização de seus associados e o acesso fornecido por ela às políticas de financiamento rural e seu impacto ao agricultor. Acredita-se que esses dois eixos norteadores consigam captar de forma ampla e direcionada a investida para entendermos a atuação e desenvolvimento da Cresol. Nosso problema de pesquisa é: A Cresol criou impactos positivos, aos agricultores familiares, bem como ao município e à região onde se instalou? A hipótese proposta para esse trabalho é: i – A instalação da Cresol em Cerro Azul representa uma alternativa econômica aos seus associados, na medida em que fortalece e viabiliza as unidades e sistemas de produção familiar.

O método científico da pesquisa utilizamos o método indutivo, ou seja, aquele em que parte do específico para a análise do geral. Como metodologia foi realizado entrevistas qualitativas com os funcionários da cooperativa e associados e quantitativa com os agricultores.

Foram realizadas um total de 30 entrevistas com agricultores familiares, associados a Cresol de Cerro Azul, sendo 18 homens e 12 mulheres em diferentes comunidades como: São Sebastião, Bomba, Ribeirão Bonito do Chapéu, Lageado da Barra Bonita, Ribeirão do Veado, Cabeceira Ribeirão do Veado, Mato Preto e Anta Gorda. Foi utilizado um questionário fechado e algumas perguntas abertas. As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e outubro de 2009. Para análise de alguns dados utilizamos o software Estatístico das ciências sociais - SPSS *Statistical Package for the Social Sciences*.

Com relação a Cresol, seus dados coletados, através de entrevistas com os diretores e um funcionário e foi entrevistado dois agente comunitário de desenvolvimento e Crédito. Para se conseguir as informações necessárias, estas entrevistas foram realizadas nos meses

de janeiro e outubro de 2009 e janeiro e fevereiro de 2010, na sede da cooperativa em Cerro Azul.

As idas a campo para realizar as entrevistas com os agricultores, tiveram algumas indicações dos diretores da Cresol de comunidades onde teriam associados, indicação da Secretária da Agricultura do Município e Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com relação as comunidades escolhidas foi uma tentativa de mapear o município como um todo, e ter comunidades próximas e distantes da sede do município. Igualmente de agricultores de todos os níveis sociais, desde pequenos produtores até maiores em relação a área de terra.

O sistema Cresol é o resultado de uma construção coletiva de mais de duas décadas de lutas de agricultores familiares e entidades sociais da região Sul do Brasil. As dificuldades de acesso ao crédito rural, a necessidade de financiar experiências alternativas da agricultura e a luta dos assentados da reforma agrária nas regiões Sudoeste e Centro-Oeste do Paraná levaram algumas organizações a criarem um fundo de financiamento para a agricultura familiar, o Fundo de Crédito Rotativo (FCR) no final da década de 1980.

Do sucesso da experiência do FCR e da necessidade de ampliá-lo e institucionalizá-lo nasceu, em 1995, o Sistema Cresol, baseado em princípios que valorizam a interação solidária dos agricultores, a democratização e a profissionalização do crédito, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas. Princípios esses, que buscam a ampliação do acesso a serviços bancários, a transparência e honestidade na gestão dos recursos (CRESOL, 2001).

O Sistema Cresol atua nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Vale do Ribeira possui cooperativas singulares¹ em Adrianópolis, Itaperuçu e Cerro Azul, um posto de atendimento em Bocaiúva do Sul e outro em Rio Branco do Sul. Para o presente trabalho estudaremos a cooperativa singular da Cresol de Cerro Azul do Sistema Cresol.

A dissertação está organizada da seguinte maneira: Introdução; Capítulo 1: breve histórico do Cooperativismo no mundo e no Brasil, organização do Cooperativismo de Crédito no Brasil e as características das Cooperativas de Crédito; Capítulo 2: o Crédito Rural no Brasil, sua organização e distribuição, o Microcrédito Rural como funciona e sua importância e o Surgimento do Sistema Cresol desde sua constituição, organização de base, o funcionamento do Fundo de Crédito Rotativo, características, organização do

¹ Cooperativa Singular é o termo utilizado pela Cresol para denominar suas cooperativas filiadas a Cresol Central.

sistema e números atuais. No capítulo 3: Realizamos uma caracterização da região e do município escolhido para esse trabalho; suas principais características, história e das atividades econômicas principais e o Capítulo 4 e último: Trataremos da Cresol de Cerro Azul: histórico, evolução em números de associados, contratos, valores, sua organização e seu impacto sobre a vida dos agricultores familiares do município, apresentaremos os dados da pesquisa de campo, demonstrando o impacto que a Cresol gerou no acesso ao Pronaf, e em outras políticas públicas que até então os agricultores, não tinham o acesso devido a vários fatores entre eles a pouca organização social e a falta de ligação com entidades sociais rurais. E na sequência as considerações finais, com algumas constatações e possíveis alternativas.

1 – HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

Inúmeras formas de cooperação entre os homens foram experimentadas desde a Antiguidade. O cooperativismo moderno, na forma como hoje são conhecidas as sociedades cooperativas, surgiu em 1844, na cidade inglesa de Rochdale, quando 28 tecelões fundaram uma cooperativa de consumo.

A partir daí a primeira cooperativa de crédito não demoraria a surgir. Quatro anos depois, em 1848, Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundou na Alemanha a primeira cooperativa de crédito. As cooperativas criadas por Raiffeisen eram tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios - independente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Até os tempos atuais estas cooperativas são bastante populares na Alemanha. (CARTILHA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, 2002).

O alemão Herman Schulze foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas. Em 1850, organizou a constituição de uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. Esses bancos populares, como seriam conhecidas as cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch, se diferiam das cooperativas Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, pela área de atuação não restrita e pelo fato de seus dirigentes serem remunerados.

Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organizou na cidade de Milão, em 1865, o primeiro banco cooperativo da Itália. As cooperativas do tipo Luzzatti, bastante populares no Brasil nas décadas de 1940 e 1960, tinham como características a não exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município, etc.); quotas de capital de pequeno valor; concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais; não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor capital subscrito.

Nas Américas, o Jornalista Alphonse Desjardins idealizou a criação de uma cooperativa com características distintas, embora inspirada nos modelos preconizados por Raiffeisen, Schultze-Delitzsche e Luzzatti. A primeira cooperativa criada por Desjardins foi na província Canadense de Quebec, em 6 de dezembro de 1900.

No Brasil, o cooperativismo de crédito surgiu no princípio do século XX trazido por imigrantes alemães e italianos que, na tentativa de resolver seus problemas de crédito, produção e consumo, implantaram o sistema de crédito cooperativo nos moldes daquelas organizações comunitárias que existiam em suas cidades e vilas de origem. Este modelo de cooperativa de crédito é conhecida no Brasil como *Cooperativa de Crédito Mútuo*, e tem como principal característica a existência de um ponto em comum entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos, entre outros. A seguir detalharemos melhor o histórico, concepção e organização do cooperativismo de crédito no Brasil.

1.1 A ORGANIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

A primeira sociedade brasileira a ser denominada como *Cooperativa* foi provavelmente a Sociedade Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, que foi fundada em 1889 na então capital da província de Minas, Ouro Preto. Era uma cooperativa de consumo, entretanto, os artigos 41 e 44 de seu estatuto social previam a existência de auxílios e socorros às viúvas pobres de associados e às sócias que caíssem na “indigência por falta absoluta de meio de trabalho”. Muito embora o estatuto não previsse a captação de depósitos junto aos associados, esta caixa de auxílio e socorro guarda alguma semelhança com as seções de crédito das cooperativas mistas constituídas no século seguinte, de forma que podemos considerar esta cooperativa de Ouro Preto como a precursora das cooperativas mistas com cessão de crédito no Brasil (PALHARES, 2003).

Logo após dois anos da fundação da primeira cooperativa de crédito das Américas em Quebec, no Canadá, foi constituída em 1902 a primeira cooperativa de crédito brasileira, na localidade de Linha Imperial, no interior do município de Nova Petrópolis (RS): a Caixa de Economia e Empréstimo Amstad, que depois foi batizada de Caixa Rural de Nova Petrópolis. Esta Cooperativa era do modelo Raiffeisen e atualmente é denominada de Cooperativa de Crédito Rural de Nova Petrópolis. Entre os anos de 1902 e 1964 surgiram 66 cooperativas de crédito do tipo Raiffeisen no Rio Grande do Sul. (CARTILHA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, 2002).

Em 1906, no município de Lajeado (RS), foi criada a primeira cooperativa de crédito do tipo Luzzatti no Brasil, denominada Caixa de Empréstimo de Lajeado. (CARTILHA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, 2002).

No ano de 1903, o Decreto do Poder Legislativo 979, posteriormente regulamentado pelo Decreto 6.532 de 1907, permitia aos Sindicatos a organização de caixas rurais de crédito agrícola, bem como cooperativas de produção ou de consumo, sem qualquer detalhamento do assunto (art.10). O decreto 6.532 estabelecia que sindicatos agrícolas poderiam fundar uniões de sindicatos centrais (art. 40) e que estas uniões de sindicatos centrais poderiam admitir associados, além dos sindicatos agrícolas, associações agrícolas ou de industriais rurais e do mesmo modo, os sócios destas instituições (art. 43). (CARTILHA DE COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2002).

A primeira norma a disciplinar o funcionamento das sociedades cooperativas foi o decreto 1.637 de 1907, do Poder Legislativo. As cooperativas poderiam ser organizadas sob a forma de sociedades anônimas, sociedades em nome do coletivo ou em comodato, sendo regidas por leis específicas (art. 10). Como comando específico para a cooperativa de crédito, dispunha o Art. 23:

As cooperativas de crédito agrícola que se organizarem em penas circunscrições rurais, com ou sem capital social, sob a responsabilidade pessoal, solidárias e ilimitadas dos associados, para o fim de emprestar dinheiro aos sócios e receber em depósito na suas economias, gozarão de isenção de selo para as operações e transações de valor não excedente a 1:000 \$ (um conto de réis) e para os seus depósitos. (LEI 1.637 DE 1907, ART. 23).

O referido Decreto permitia ainda às cooperativas receberem dinheiro a juros, tanto de sócios como de pessoas estranhas à sociedade (Art.25 §3º). Na sequência se teve muitos outros decretos e leis na tentativa de regularizar as cooperativas de crédito no Brasil.

Até meados da década de sessenta do século XX as cooperativas de crédito demonstraram grande capacidade de desenvolvimento, tornando-se, inclusive, a principal sustentação financeira da agricultura de muitos municípios onde este tipo de cooperativismo esteve fortalecido. Contudo, os problemas administrativos enfrentados por diversas destas cooperativas, muitos ocasionados pela falta de fiscalização combinada com

a boa fé dos associados, contribuíram para criar, a partir dos anos cinquenta, uma situação de desconfiança para o cooperativismo de crédito no Brasil e de desvirtuamento dos propósitos iniciais (SCHRÖDER, 1998).

Já no ano de 1961 existiam no Brasil 511 cooperativas de Crédito, com 547.854 sócios. O Decreto 1.503 de 1962 suspendeu as autorizações e registros de novas cooperativas de crédito ou com seções de crédito. (PINHEIRO, 2008)

No ano de 1964, os governos militares estabeleceram diversas exigências para o funcionamento das cooperativas de crédito e dificultou sua continuidade após esta data. Com isso gerou uma reforma no Sistema Financeiro brasileiro. Observou-se, então, um enorme declínio no número de instituições, que somente foi revertido mais de vinte anos após esta ação (PINHEIRO, 2008).

As restrições impostas às cooperativas de crédito, principalmente do ponto de vista operacional, obrigaram-nas a se reestruturarem e limitarem sua atuação, fato que favoreceu os grandes bancos a concentrarem e centralizarem a intermediação financeira no Brasil. No decorrer da década de setenta e em partes dos anos oitenta, o cooperativismo brasileiro de crédito esteve restrito a praticamente a dois campos apenas: as cooperativas de crédito mútuo, fechadas aos empregados de grandes empresas dos centros urbanos e os setores de crédito rural das cooperativas agropecuárias (PINHO, 1986).

Ainda na década de setenta, diversos incentivos oficiais para as cooperativas agropecuárias deram mostras que o governo federal encarava esta forma de cooperativismo como “parte da estratégia de modernização e aumento da produtividade física da agricultura brasileira” (CORADINI, 1982, 82p). A partir do momento em que as cooperativas demonstraram eficácia como instrumento de modernização e de desenvolvimento da agropecuária brasileira, o Estado tendeu a transformá-la em executor dos seus programas e lhes possibilitou melhores condições de competitividade no mercado. As condições favoráveis para essa expansão foram facultadas em 1971, quando o governo promulgou a Lei Nº 5.764 que definiu a Política Nacional do Cooperativismo². Esta legislação instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas e regulamentou a intervenção estatal no funcionamento das mesmas, através da criação de órgãos para a coordenação e tutelação do sistema cooperativo no país. Em termos de crédito, as

² LOUREIRO (1981) destacou que “...ao atender as reivindicações do chamado movimento cooperativista brasileiro para sua reformulação jurídica, a Lei 5.764.....eliminou os obstáculos que impediam as cooperativas de funcionarem como qualquer outra empresa capitalista”. Com a mesma abordagem, BÚRIGO (1999), ao citar PINHO (1980), comentou que “a Lei 5.764 atendeu a maioria das aspirações das cooperativas, principalmente em relação aos aspectos comerciais advindos com o processo de modernização empresarial da agricultura”.

cooperativas de produção continuaram a depender, em grande parte, das transações com o Banco do Brasil e com os bancos particulares. As restrições que dificultaram o funcionamento das cooperativas de crédito, em meados da década de setenta, e o incentivo oficial, em 1971, dado somente a determinados tipos de cooperativa, foram, segundo CORADINI (1982), as maneiras utilizadas pelo Estado para manter as cooperativas agropecuárias financeiramente subordinadas.

A forma de gestão das cooperativas, que possibilitava maior interferência do Estado, vigorou até a promulgação da Constituição Federal de 1988, quando os associados e dirigentes adquiriram condições legais para assumir a total responsabilidade pela gestão da organização cooperativa (princípio da autogestão). Em relação ao cooperativismo de crédito rural, especificamente, a nova Constituição possibilitou a participação destas cooperativas no Sistema Financeiro Nacional³ (SFN).

No início dos anos oitenta, em função da reorientação dada à política de financiamento da agricultura brasileira, que resultou em uma redução drástica do volume de recursos destinados ao crédito rural e no fim dos subsídios via taxa de juros, observou-se, principalmente nos Estados das regiões Sul e Sudeste, um movimento de retomada do cooperativismo de crédito rural.

A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), através das organizações estaduais (OCEs), coordenou o movimento de constituição das cooperativas de crédito rural a partir das cooperativas agropecuárias, fortemente enraizadas no meio rural, especialmente no Sul e Sudeste do Brasil. As primeiras Cooperativas de Crédito com este formato surgiram no Rio Grande do Sul, logo depois no Paraná e Santa Catarina, seguidos por São Paulo, Minas Gerais e outros. O atrelamento informal das cooperativas de crédito às cooperativas de produção, de acordo com CAZELLA & TURNES (2002), levou a uma seleção e/ou exclusão dos agricultores de pequeno porte do quadro de associados. As cooperativas agropecuárias, incentivadas pelo Estado, haviam adotado um padrão de desenvolvimento rural e local. As cooperativas de crédito transformaram-se em

³ O Sistema Financeiro Nacional do Brasil é formado para regular e controlar o funcionamento de todo o sistema financeiro do país, por um conjunto de instituições financeiras voltadas para a gestão da política monetária do Governo Federal. É composto por entidades supervisoras e por operadores que atuam no mercado nacional e orientado por três órgãos normativos, o Conselho Monetário Nacional (CMN), o Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e o Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC). De acordo com o art. 192 da Constituição Federal: "O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram".

algo desvinculado da realidade de um grande número de agricultores familiares e passaram a ser consideradas como cooperativas de crédito “tradicionais”.

Na década de noventa do século XX, entretanto, o cooperativismo de crédito rural começou a ser encarado como uma possível alternativa para a agricultura familiar. As entidades de assessoria e de representação dos agricultores familiares no Estado do Paraná reconheceram a importância das cooperativas de crédito enquanto alternativa para os seus agentes, partindo da premissa de que o crédito é um importante instrumento para a capitalização das unidades familiares de produção agrícola e da constatação do caráter seletivo da distribuição do crédito rural no Brasil. A constituição dessas cooperativas de crédito rural, porém, deu-se em um movimento diferente daquele ocorrido na década de oitenta, pois representou a possibilidade de democratizar o acesso ao crédito rural para os agricultores familiares.

Então em dezembro de 2009 o Brasil possuía 1.394 Cooperativas de Crédito, 38 Centrais Estaduais e 4 Confederações, alicerçadas basicamente em 4 sistemas de crédito, pois o Brasil, diferentemente de outros países, não tem uma entidade única para o cooperativismo de Crédito: Sicoob⁴, Sicredi⁵, Unicred⁶ e Ancosol⁷ (representando as centrais Cresol Baser e Cresol RS/SC, Ecosol, Crenhor, Integrar, Creditag e Scoob). Atualmente o país é o 18º em maior expressão no cooperativismo de crédito mundial. (COOPERATIVISMO DE CRÉDITO, 2009).

Na sequência faremos uma breve caracterização do empreendimento cooperativo, pois este se trata de um arranjo institucional consagrado pelo uso, mas para o seguinte momento é necessário explicitar o que entendemos por cooperativismo.

As cooperativas combinam duas dimensões, a da racionalidade econômica e a do associativismo, pois resultam da associação voluntária de pessoas que constituem um empreendimento econômico comum para atingir seus objetivos individuais, que também são comuns entre si.

A natureza econômica do empreendimento cooperativo é diferente da sociedade de capital, pois nas cooperativas as pessoas aderem para utilizar os serviços que estas

⁴O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é composto de cooperativas centrais e singulares de crédito. É formada por 1 confederação, possui 15 centrais e 730 cooperativas singulares.

⁵Sicredi é um conjunto de cooperativas de crédito presente em 10 estados brasileiros, com mais de 1.100 pontos de atendimento e 1,6 milhão de associados. Possui 5 centrais e 142 cooperativas singulares.

⁶Unicred é uma instituição financeira cooperativa, formada por uma sociedade de pessoas e profissionais. Possui 9 centrais 119 cooperativas singulares, 419 postos de atendimentos (PACs) e 211.288 associados.

⁷A Associação Nacional do cooperativismo de Crédito e de Economia Familiar e Solidária (Ancosol) é formada por 7 sistemas cooperativos e possuía, em 2008, 198 cooperativas associadas e 190 Postos de atendimento (PACs).

oferecem e não para obter um dividendo de capital. A expectativa é ampliar os lucros individuais ao eliminar a intermediação, seja na comercialização da produção agrícola, seja na obtenção do crédito (SCHRODER, 2005). Por conta dos princípios doutrinários que definem seu arranjo institucional, as cooperativas de crédito, mais especificamente, podem favorecer a aproximação dos agricultores da sua estrutura e proporcionar, por esta razão, formas de monitoramento do crédito concedido a custo mais baixo⁸.

Três características principais explicam o caráter próprio das cooperativas, de acordo com PANZUTTI (*apud* SCHRODER, 2005, 85p):

“i) a propriedade é cooperativa, o que significa que os cooperados são, ao mesmo tempo, usuários e proprietários. Desta forma, são idênticos os interesses dos que fazem uso dos serviços da cooperativa (os usuários) e dos que possuem o empreendimento cooperativo (os proprietários). Não há a figura do dono, mas sim de um conjunto de “donos”. No caso das cooperativas de crédito, em particular, os associados são ao mesmo tempo acionistas, poupadores e devedores, e isto estimula um compromisso dos tomadores de crédito, à medida em que eles percebem que seu acesso aos financiamentos também depende da viabilização da cooperativa. Ocorre o que MAYA DÍAZ (2001) chamou de *unidade de sujeito*;

ii) o princípio sobre o qual a gestão está concebida é a democrática, pois os associados podem exercer o controle sobre a atuação da cooperativa. Nas assembléias, principal espaço de decisão nas cooperativas, os associados têm igualdade de voto: um homem/mulher, um voto, independentemente do capital social subscrito por eles. Considere-se, igualmente, que a escolha dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, que depois da Assembléia Geral constituem as instâncias decisórias das cooperativas de crédito definidas em lei, é feita entre os cooperados;

iii) a repartição é cooperativa, já que a distribuição das sobras líquidas (a diferença entre as receitas e as despesas da cooperativa ao final do exercício) entre os associados é feita na proporção direta das suas operações na cooperativa. As cooperativas passam por um constante processo de mudanças que pode distanciá-las dos princípios da doutrina clássica do cooperativismo, ou seja, as práticas por intermédio das quais se organizam e funcionam podem se afastar, progressivamente, dos valores e normas que dão identidade a essa particular forma de organização social, esvaziando o sentido originário do cooperativismo enquanto uma sociedade de pessoas (LATTUADA

⁸ Os princípios cooperativistas são: 1) adesão livre e voluntária; 2) gestão e controle democrático pelos sócios; 3) participação econômica dos sócios; 4) autonomia e independência; 5) educação, treinamento e informação; 6) cooperação entre cooperativas e 7) interesse pela comunidade. (APOSTILA - CENTREICOOP. 89p)

E RENOLD, 1998). Se nos princípios do cooperativismo clássico é estabelecida uma combinação equilibrada entre racionalidade econômica e associativismo, com predomínio dos valores solidários, não se pode assegurar que uma cooperativa de crédito concreta, existente na realidade, apresentará um arranjo institucional baseado na mesma combinação de valores e normas. Isto porque as cooperativas podem adotar diferentes formas institucionais, de modo a responder às transformações ocorridas no ambiente econômico e institucional em que se desenvolvem. “

Este processo, no entanto, não é recente. “Vários autores analisaram o papel das cooperativas na modernização da agricultura brasileira e assinalaram as características de sua intervenção (LOUREIRO, 1981; RIOS, 1976; SCHNEIDER, 1981). A hipótese básica do trabalho de SCHNEIDER (1981, p.19), por exemplo, é “[...] a de que o funcionamento e a expansão do cooperativismo agrícola são fortemente condicionados pela dinâmica do modelo de acumulação de capital vigente no país, [...] e não pela existência e divulgação de um conjunto de princípios normativos consubstanciados na doutrina cooperativista”. Tal perfil, com cooperativas funcionando em moldes empresariais e ampliando seus negócios, foi reforçado pelos instrumentos de política agrícola do regime militar (a começar pelo crédito subsidiado), mas também por instrumentos jurídicos, como a Lei 5.764, de 1971, que dispõe sobre o funcionamento dos sistemas cooperativistas no Brasil, e pelo apoio político dos governos” (ABRAMOVAY, 1981).

O cooperativismo muito contribuiu para a transformação da base técnica da pequena produção, nos anos 1970, pois funcionou como um ponto de difusão, a partir do crédito rural subsidiado, dos pacotes tecnológicos dirigidos pela política pública de modernização agrícola (ABRAMOVAY, 1981). A década de 70 foi marcada também pela grande expansão do ciclo da soja, principalmente no Planalto Gaúcho, onde as cooperativas da região, como a Cooperativa Tritícola de Ijuí -RS (COTRIJÚI), em maior ou menor grau, de acordo com a pujança agrícola e respectiva região de influência, se instrumentalizaram para atender às demandas dos produtores nas diversas fases do processo. Um exemplo disso é que a própria COTRIJÚI, que chegou a ter dezenas de vagões próprios e frotas de caminhões para garantir o transporte dos produtos agrícolas da zona de produção até os portos de Porto Alegre e Rio Grande. Desta forma, as cooperativas da região, principalmente as maiores, tornaram-se grandes complexos empresariais que atuam numa gama variada de atividades relacionadas direta ou indiretamente com atividades agrícolas (BRUM, 1988).

Esta rápida e ampla expansão das cooperativas de trigo e soja no Rio Grande do Sul exigiu vultosos investimentos fixos, principalmente em armazéns e equipamentos diversos. Contando com o apoio oficial do Governo Federal e dada a importância da soja para a exportação, a grande maioria destes investimentos foi feita com recursos financeiros de terceiros, basicamente empréstimos junto ao Banco do Brasil e ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o que levou as cooperativas em geral a um grande endividamento (BRUM, 1988).

Observamos que as cooperativas de trigo e soja foram um dos frutos do processo de *modernização conservadora* da agricultura na região e se tornaram um dos principais instrumentos para o avanço e expansão do processo modernizador voltado para a agricultura empresarial com fins comerciais, dentro da estratégia global das transnacionais, desencadeada a partir da “Revolução Verde”⁹.

O estatuto jurídico do cooperativismo diz que podem-se organizar diferentes grupos sociais com seus próprios anseios e objetivos. No Brasil, o cooperativismo ampliou sua atuação e seu papel de organização representativa de diferentes segmentos no avanço da modernização da agricultura.

As cooperativas são constituídas com base nos valores de determinado grupo social e atuam, por isto, em diferentes espaços socioeconômicos. Está em seus princípios doutrinários, que as mesmas tendem a refletir a imagem do grupo social que representam, ainda que orientadas pelos mesmos princípios doutrinários. Pode-se afirmar que a atuação das cooperativas e o conteúdo do seu discurso dizem respeito, entre outros elementos, à forma como estas concebem os problemas da sua base social, ou seja, as estratégias de atuação são definidas de acordo com suas concepções sobre a melhor forma de defender os interesses de seus membros, o que dependerá das problemáticas distintas surgidas em momentos diversos. Isto significa afirmar que serão diferentes para organizações de empresários rurais e para organizações de agricultores familiares, por exemplo. Conclui-se daí que o formato institucional das cooperativas não é rígido.

O contexto histórico-social em que as cooperativas são constituídas, bem como as estratégias para se inserirem nos mercados, são igualmente determinantes das características do seu formato institucional. As cooperativas podem adotar diferentes formatos institucionais para responderem às transformações ocorridas no ambiente

⁹ Revolução Verde diz respeito ao conjunto de ações: Como o de modernização da agricultura, com maquinários, ou seja, produção de produtos para a exportação, grandes áreas, com alto custo de produção. Os preços relativos estavam mais favoráveis a exportação. E as crises que a agricultura brasileira passou a partir dos anos 80.

econômico e institucional em que se desenvolvem, especialmente no caso dos grandes empreendimentos cooperativos (LATTUADA & RENOLD, 1998).

Atualmente, o ambiente em que as cooperativas operam vem se caracterizando pela participação estatal mais restrita nos investimentos produtivos e mesmo na formulação das políticas públicas. Diferentemente do que aconteceu no passado no Rio Grande do Sul e nas políticas de colonização da Amazônia na década de 1970, atualmente temos um mercado mais competitivo, com inserção e competitividade internacionais, intensa tendência à concentração e necessidade de estabelecer relações com um número maior de agentes no ambiente econômico, associados e não associados. As características deste contexto demandam maiores níveis de escala, de diversificação e qualidade da produção e também imprimem maior complexidade à gestão dos empreendimentos econômicos para responder aos requisitos de competitividade. Resultam grandes empresas cooperativas atuando no mundo do *agrobusiness*, que passam a constituir, inclusive, empresas de capital privado, para melhor operar suas transações (SCHRÖDER, 2005).

Existe assim uma heterogeneidade de formas de organização cooperativa em nível mundial, e é usual que estas organizações vivenciem um processo interno de tensão entre sua natureza social (cooperativa) e as estratégias que adotam para atuar competitivamente nos mercados para garantirem a sua rentabilidade econômica (LATTUADA & RENOLD, 1998).

Ainda que as diversas formas de organização cooperativa possibilitem a convivência, durante algum tempo, de normas e práticas contraditórias, advindas da doutrina cooperativista, por um lado, e da busca pela rentabilidade econômica, por outro, as cooperativas alcançarão um ponto de inflexão que implicará duas alternativas de desenvolvimento institucional: um retorno à coerência com os princípios originários do cooperativismo ou uma drástica alteração destes princípios, com a adoção de fórmulas de gestão empresarial. O objetivo, nesta segunda alternativa, é buscar reduzir as diferenças entre as cooperativas e as empresas de capital, para responder com maior eficiência ao novo contexto competitivo e o resultado será a maior subordinação da doutrina cooperativista às estratégias empresariais adotadas pelas cooperativas (LATTUADA & RENOLD, 1998).

Tenderá a haver, a partir deste processo de subordinação, alterações nas formas de relacionamento entre os atores que participam do empreendimento – associados, dirigentes e administradores; poderá haver também maiores diferenciações e hierarquização internas, no formato institucional. A resolução da tensão interna demanda soluções institucionais

para acomodar seus reflexos e os vínculos interinstitucionais que as cooperativas estabelecem. Neste caso, os requerimentos de competitividade de mercado exigem práticas econômicas, compromissos e articulações entre os distintos elos da cadeia do agronegócio, por exemplo, que seriam difíceis de obter com uma organização fundada unicamente na doutrina cooperativa clássica (LATTUADA & RENOLD, 1998).

Na sequência do texto tentaremos caracterizar as cooperativas de crédito atuais, para então adentrarmos no estudo de caso da Cresol de Cerro Azul-PR.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

As cooperativas de crédito são entidades privadas sem fins lucrativos que ofertam serviços financeiros aos seus associados. Podem repassar recursos de programas oficiais de crédito e coletar a poupança de seus associados, de modo a financiar suas atividades e aplicar os recursos financeiros no meio em que foram captados.

É por meio da interação solidária, ou *mutualidade*, que a cooperativa faz com que um indivíduo empreste dinheiro a outro, disponibilizando um instrumento formal que ofereça garantias seguras a este indivíduo que, provavelmente, não emprestaria seu dinheiro diretamente a um vizinho. Desta forma, ofertam empréstimos pessoais e crédito para capital de giro. Podem oferecer, ainda, serviços financeiros como abertura de conta corrente e aplicações financeiras, seguros e pagamento de contas (água e luz, telefone e impostos) e títulos diversos.

Mesmo ofertando os mesmos serviços disponibilizados pelos bancos, apresentam maiores vantagens em relação à rede bancária, pois são diferente de um banco: seus proprietários são os seus próprios clientes e portanto não precisam ter lucro para funcionar, bastando ser remuneradas o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de pequenas taxas; assim, quanto menores forem os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas, o que lhes assegura um papel importante na ampliação do acesso a serviços financeiros para populações de pequenos municípios e para empreendimentos econômicos de porte reduzido (BITTENCOURT, 2001).

Duas razões explicam as vantagens das cooperativas de crédito em relação à rede bancária.

A primeira diz respeito aos menores custos operacionais que as cooperativas de crédito apresentam, por possuírem menor número de funcionários e uma estrutura física mais enxuta. Por funcionarem em escala menor do que os bancos, constituem, com frequência, uma estrutura localizada. As cooperativas do Sistema Cresol¹⁰, por exemplo, atendem, individualmente, pequenos grupos de municípios e de associados.

Para BITTENCOURT e ABRAMOVAY (2001), o caráter local e a limitação do tamanho das cooperativas de crédito em termos de número de associados, referindo-se especificamente às cooperativas do Sistema Cresol, permitem uma redução acentuada dos custos de transação bancária, porque as redes de interconhecimento que estão na sua base possibilitam métodos mais baratos de avaliação do risco presente nas operações de crédito. Os autores sublinham que, além de mais baratos, os métodos de avaliação de risco bancário tornam-se mais eficientes do que os do sistema bancário. Afinal, a pressão social local pode garantir o reembolso dos recursos liberados, o que significa que são as relações de proximidade social entre os atores locais que servem de garantia ao crédito concedido.

A segunda razão reside no fato de que as cooperativas operam, de acordo com a legislação cooperativista, sem fins lucrativos, devendo aplicar os recursos que captam no local em que atuam. Sendo assim, é possível negociar as taxas de juros dos financiamentos, à medida que as cooperativas aumentem a captação de recursos próprios e garantam sua sustentabilidade econômico-financeira, em patamares mais condizentes com a trajetória e o contexto socioeconômico de seus associados. Já os juros cobrados além dos custos operacionais da cooperativa retornam ao associado ao final do exercício contábil ou remuneram seu capital social, quando incorporados ao patrimônio líquido da cooperativa. Por isto pode-se afirmar que os associados de uma cooperativa de crédito são, em última análise, os donos do dinheiro e autofinanciadores (FRANCO, 1989).

No caso das cooperativas de crédito rural, 60% dos recursos que captam devem, obrigatoriamente, ser aplicados na agricultura e podem financiar apenas os agricultores que residem em comunidades da sua área de abrangência. Os bancos, por sua vez, transferem grande parcela dos recursos captados para as atividades urbano-industriais. São obrigados, por lei, a aplicar em crédito rural 25% dos seus depósitos à vista, mas “[...] a maioria dos bancos privados prefere depositar no Banco Central o valor referente aos depósitos à vista do que financiar a agricultura” (BITTENCOURT, 2001, p.24).

¹⁰ Sistema Cresol: É o sistema de Cooperativas de crédito rural com interação solidária. Esse sistema será melhor detalhado ao longo do texto, pois é o caso de estudo da presente dissertação.

O Quadro a seguir resume e compara as principais características das cooperativas de crédito e dos bancos comerciais.

Quadro 1. Características de cooperativas de crédito e de bancos comerciais

Item	Cooperativas de crédito	Bancos comerciais(1)
Propriedade	Social e do conjunto dos associados. As cooperativas são uma associação de pessoas que se organizam para o benefício comum	Privada e dos que investem o capital. Os bancos comerciais são uma sociedade capitalista que visa à maximização dos lucros. A propriedade também pode ser estatal ou mista
Gestão	Feita pelos próprios associados. A gestão nos princípios do cooperativismo deve ser democrática, participativa e ascendente	Feita pelos acionistas e/ou donos, em forma vertical e descendente
Distribuição dos lucros	Sobras apresentadas ao final do exercício podem ser distribuídas entre os associados, em função dos serviços utilizados ou do trabalho aplicado, ou reinvestidas em fundos cooperativos	Remuneram os acionistas: os que têm maior capital investido recebem mais lucros
Prestação de serviços	Diversos serviços financeiros prestados por pequenas taxas ou de forma gratuita	Diversos serviços financeiros sob cobrança de tarifas mais elevadas
Programas de crédito	Autorizadas a participar dos programas oficiais de crédito, como o Pronaf	Autorizados igualmente a participar de alguns programas oficiais de crédito
Captação de recursos	Aplicam grande parcela dos recursos captados nas comunidades da sua área de abrangência	Transferem grande parcela dos recursos captados para atividades urbano-industriais
Concessão de crédito	Analizam as demandas e a capacidade de investimento e pagamento dos agricultores	Priorizam o financiamento de um pequeno número de contratos de grande porte para reduzir custos e riscos
Relação com o cliente ou associado	Tendem a atender os associados de forma pessoal, à medida que for mais fácil, ou não; estabelecer relações de proximidade entre dirigentes, funcionários e associados. A relação com os associados tem uma dimensão socioeconômica, pois tendem a	Tendem a um atendimento impessoal; a proximidade e o acesso a uma gama maior de serviços são determinados pela reciprocidade financeira gerada pelos clientes. A relação com os clientes tem uma dimensão exclusivamente econômica. A expectativa é de que a

	combinar em graus diferentes, a depender da coesão do grupo social, eficiência econômica e demandas sociais	intermediação financeira deve ser uma operação lucrativa
Custos Operacionais	Custos reduzidos, devido a estruturas operacionais de pequeno porte	Custos maiores que os das cooperativas
Juros	Taxas de juros inferiores às de mercado, no caso de recursos próprios, dependendo da fonte dos recursos.	Cobram taxas de juros de mercado

Fonte: Composição baseada em PINHO (1989), BÚRIGO (1999), CUT & CONTAG (1999) e PANZUTTI (2001); In SCHRODER, 1998.

*A análise comparativa não inclui os bancos cooperativos.

A captação de recursos é um dos principais limitantes para a ampliação da atuação das cooperativas de crédito junto a seus associados. As fontes dos recursos administrados pelas cooperativas de crédito rural geralmente são os depósitos em conta corrente (depósitos à vista e a prazo), o capital de terceiros – como repasses de recursos do crédito rural oficial e doações, empréstimos ou repasses de qualquer entidade, feitos em caráter eventual e as taxas favorecidas ou isentos de remuneração –; e seu capital social.

Cada uma das fontes de recursos mencionadas possui suas especificidades, implicando um grau de dificuldade também diferenciado para aumentar sua captação. No que concerne aos recursos oficiais do crédito rural, a dificuldade maior reside na falta de políticas públicas que possibilitem o envolvimento ativo e direto das cooperativas de crédito na gestão dos programas oficiais, principalmente daqueles voltados para a agricultura familiar. As cooperativas de crédito rural, por exemplo, dependem dos bancos públicos para repassar os recursos aos associados, especialmente do Banco do Brasil, instituição apta a operacionalizar os recursos do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf Custeio e Investimento, e do BNDES e do Banco Regional de Desenvolvimento Econômico (BRDE), que repassam os recursos provenientes do Pronaf Investimento. A legislação atual não autoriza que recursos públicos sejam repassados diretamente às cooperativas de crédito. Isto significa que os recursos podem ser obtidos pelos agricultores nas cooperativas, mas antes devem ser repassados a estas pelos bancos públicos, e as cooperativas pagam aos bancos públicos por isso.

Quanto aos recursos captados na forma de depósitos à vista e a prazo, a intensa descapitalização dos agricultores familiares brasileiros dificulta uma maior movimentação de recursos nas cooperativas. Além do mais, a captação de recursos via depósitos a prazo traz obrigações às cooperativas, que devem pagar juros ao aplicador compatíveis com os do mercado financeiro, ou seja, existem custos para captar tais recursos. Os recursos captados na forma de depósito a prazo possibilitam às cooperativas a realização, especialmente, de créditos de curto-prazo, facilitando o acesso dos agricultores a um serviço bancário que dificilmente conseguiriam usar em outra instituição financeira.

Todos estes resultam, no entanto, em financiamentos para fins específicos: financiar, por exemplo, demandas relativas à manutenção da família, quando o orçamento está pressionado; às despesas com saúde e à ampliação do bem estar familiar (pode financiar a compra de material para uma pequena reforma na casa da família ou a compra de bens de consumo duráveis).

Os associados das cooperativas de crédito rural também utilizam o crédito de curto prazo para o financiamento das despesas com as atividades agropecuárias, mas os juros cobrados são altos para estas atividades. O ideal é que os agricultores consigam recursos para financiar o capital de giro das suas atividades em condições de remuneração e prazo mais adequadas. A ampliação das fontes de recursos das cooperativas deve, sobretudo, resultar da maior captação de recursos que apresentem pouco ou nenhum ônus de captação. É inegável a necessidade das cooperativas de crédito e de seus parceiros conquistarem maior capacidade de negociação política e, especialmente, desenvolverem uma capacidade criativa na busca de soluções para os obstáculos que encontram ao trilharem caminhos alternativos para o fortalecimento das comunidades em que se inserem.

Quanto ao capital social das cooperativas de crédito, que objetiva formar um capital mínimo para dar suporte financeiro e garantias para o funcionamento das cooperativas, quanto maior seu montante, maior será o volume de recursos disponível para os financiamentos operados pelas cooperativas (BITTENCOURT, 2001). O capital social é composto pela soma das cotas-partes integralizadas pelos associados no ato da sua associação e pelas reservas legais e sobras resultantes das operações realizadas com os associados ao longo do ano, apuradas ao final de cada exercício contábil. Várias estratégias podem ser desenvolvidas para garantir um sistema de capitalização efetivo às cooperativas, como o aumento do quadro social ou do valor da cota a ser integralizada pelos agricultores, o estímulo a uma maior integralização dos associados, a criação de

outros fundos na Assembléia Geral e o aumento das sobras através da cobrança de tarifas por serviços prestados (PANZUTTI, 2005).

Algumas dessas estratégias, todavia, acabam por onerar os agricultores, pois, de uma maneira ou de outra, exigem maior desembolso dos associados. Ademais, se a formação do capital social depender unicamente das relações estabelecidas com os associados, as cooperativas poderão contar apenas com os produtores mais capitalizados. Aqueles menos estruturados encontrarão pouco espaço nas cooperativas, pois estas acabarão por orientar suas operações para os agricultores mais viáveis e rentáveis.

A maior integralização dos associados não precisa, todavia, significar um maior desembolso por parte dos agricultores, pois as sobras do exercício contábil podem ser transformadas em novas cotas-partes. As sobras devem ser distribuídas, como rege o Estatuto Social, entre o Fundo de reserva, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social e o pagamento de juros ao capital integralizado. O saldo restante fica à disposição da Assembléia Geral para ser rateado entre os agricultores associados (BÚRIGO, 2007). Este rateio deve ser feito proporcionalmente aos encargos financeiros pagos nas operações de crédito e à movimentação financeira promovida pelo associado na cooperativa. São essas sobras rateadas que podem ser incorporadas às cotas de capital que o associado já possui na cooperativa. Trata-se de uma situação vantajosa para os associados, pois, ao investir no patrimônio da cooperativa, fazem crescer o volume de recursos disponível para os financiamentos. Além do mais, as cotas-partes funcionam como uma espécie de poupança, já que ao se desligar da cooperativa, o associado tem o direito de recebê-las com correção monetária e as devidas incorporações de sobras (BÚRIGO, 2007).

As cooperativas de crédito, no Brasil, se integram a sistemas cooperativistas com lógicas e interesses distintas de atuação e, por conta disso, posicionam-se de maneira diferenciada em relação ao marco de regulação para o setor e apresentam demandas específicas para os órgãos governamentais. A análise do cooperativismo de crédito rural, especialmente baseada nos sistemas constituídos nos estados do Sul do Brasil, indica a existência de um sistema baseado no cooperativismo de crédito reorganizado na década de 1980, vinculado às cooperativas agropecuárias e integrado de forma vertical a partir dos bancos cooperativos e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e de sistemas constituídos a partir das ações de organizações de representação social da agricultura

familiar, como o Sistema Cresol¹¹. Estas cooperativas não estão filiadas aos bancos cooperativos ou à estrutura da OCB¹².

2 O CRÉDITO RURAL NO BRASIL

O crédito constitui um importante instrumento para a capitalização dos agricultores familiares que, no Brasil, representam mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2006). A ampliação de seu acesso a ativos de natureza diversa, frente à limitação de recursos internos que enfrentam devido à insuficiência de meios de produção (como o tamanho da área disponível, a quantidade e a qualidade dos recursos), faz desses recursos uma importante fonte de renda e desenvolvimento desses agricultores.

As fontes externas de recursos financeiros, como o crédito, conquistam papel fundamental na gestão da unidade de produção familiar porque podem contribuir, de forma decisiva, para gerar níveis de ocupação e renda que venham a estabelecer um padrão de desenvolvimento rural e criar condições para a permanência das populações rurais em seu espaço tradicional. A contribuição dos agricultores familiares para a geração de renda e ocupação no meio rural sobressai quando se observa que essas unidades de produção absorvem em torno de 71% do pessoal ocupado na agricultura brasileira (IBGE, CENSO AGROPECUÁRIO, 2006). O que se espera é que, ao delegar um papel importante aos agricultores familiares no processo de desenvolvimento rural, se possa diminuir, ou mesmo conter, o ritmo de esvaziamento das áreas rurais.

Na história do país o acesso ao crédito sempre foi difícil e limitado, pois os agricultores familiares ficaram a margem dos financiamentos rurais devidos a fatores

¹¹ Ver CAZELLA (2002); CAZELLA E FRITZEN, 1996;.

¹² A representação nacional dos ramos cooperativos no Brasil é, tradicionalmente, atribuído à OCB. Diferentes interlocutores e a legislação em vigor reconhecem esse papel de representação. As cooperativas ligadas às organizações sociais da agricultura familiar (de crédito; comercialização e produção, especialmente de leite; de serviços ou trabalho, com destaque para a agroindústria, e infra-estrutura) e aos empreendimentos de economia solidária se opõem à unicidade de representação do cooperativismo e não reconhecem o papel da OCB. Seus argumentos não encontram espaço na organização para preservarem suas especificidades (apresentam porte reduzido, por exemplo, em termos de número de associados e patrimônio). Por esta razão, foi criada, em julho de 2004, a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES), entidade representativa, em nível nacional, das cooperativas ligadas à economia familiar e solidária em todo o país. O objetivo é que a entidade seja legitimada para acompanhar as discussões na esfera governamental relativas às mudanças reivindicadas para o cooperativismo brasileiro (reformulação da Lei 5.764, por exemplo). Os representantes do setor esperam conseguir, a partir da sua articulação nacional, um marco legal diferenciado e políticas públicas específicas para as cooperativas de pequeno porte. (HALL, 2005)

como: i) Modernização¹³, ou seja, não produzirem produtos de exportação, devido ao tamanho de área, custos de produção, sendo difícil de dar os tratos necessários. ii) Aos preços relativos estarem mais favoráveis a exportação, iii) As crises que a agricultura brasileira passou a partir dos anos 80;

Até início dos anos oitenta, o crédito rural passou por uma fase privilegiada, com volumes crescentes de recursos e taxas de juros subsidiadas¹⁴. Já no ano de 1979, começou a perder sua sustentação e diversas mudanças foram introduzidas, gradativamente, na sistemática do financiamento agrícola. Nesse período, o padrão de crescimento econômico vigente no Brasil e nos outros países latino-americanos, entrou em crise, acarretando graves consequências socioeconômicas:

“O início dos anos oitenta delimitou dois períodos distintos na evolução do processo de desenvolvimento da economia brasileira: marca o final de um período de expansão econômica, com um significativo incremento de endividamento externo, e o princípio de uma grande crise econômica, que levou o governo brasileiro à adoção de um processo de ajustamento da economia ao setor externo” (FAUTH, 1991, 198 *in* SCHRÖDER, 1998).

O ajustamento da economia tentava atender as exigências dos credores internacionais, representados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), nas negociações para o reescalonamento da dívida externa brasileira. As exigências feitas foram traduzidas em reorientação da política macroeconômica e em diretrizes contracionistas de política monetária e fiscal, visando equilibrar o balanço de pagamentos e sanear o déficit público, e tiveram sérias consequências para as políticas setoriais.

Sendo muito difícil, manter o padrão vigente de financiamento da agricultura, sustentado, basicamente, pela expansão constante dos recursos e pelos subsídios fartos, o resultado para a agricultura foi um processo drástica de restrição de crédito, com a redução dos volumes de recursos ao crédito rural e o descréscimo da importância desse instrumento como carro-chefe da política agrícola brasileira.

¹³ Esse processo de modernização aqui citado diz respeito às inovações trazidas pela Revolução Verde para maiores detalhes ver GRAZIANO 1998; GOODMAN 1990, ; ABRAMOVAY 1999.

¹⁴ Os recursos de crédito rural eram oriundos, em grande parte, dos depósitos à vista captados pelos bancos e recursos do Tesouro Nacional, liberados pelo intermédio do Banco do Brasil. Contudo, os graves problemas econômicos que o Brasil passou a enfrentar acarretaram sérias dificuldades para a manutenção dessas duas fontes. Por um lado, a ascensão das taxas inflacionárias reduziu de forma drástica os recursos captados na forma de depósitos à vista pelos bancos comerciais e, de outro lado, os programas recessivos de ajustes macroeconômicos, impostos pelas autoridades monetárias internacionais com o pretexto de combater o déficit público, secaram a outra principal fonte de crédito rural, o Tesouro Nacional (REZENDE, 1988).

A concentração do crédito rural nas mãos dos grandes e médios produtores foi um fator decisivo para compreender a reivindicação dos movimentos sociais e do sindicalismo rural por uma política de financiamento diferenciada para os agricultores familiares.

No final dos anos 80 e início dos anos 90, a mobilização nacional dos agricultores familiares, do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) e de seus representantes sindicais por uma política agrícola diferenciada, com o apoio de organizações não-governamentais (ONG), realizaram mobilizações que estão ligadas ao “Gritos da Terra” que é um ciclo de mobilizações anuais do movimento sindical, com manifestações públicas em diversos Estados do país, culminando com um grande ato em Brasília. As mobilizações tinham como reivindicações a questão da terra e da luta por políticas públicas para a agricultura familiar. Através dessas reivindicações criou-se em 1994 o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (Provape¹⁵), que foi um programa de financiamento rural aos pequenos produtores rurais criado pelo governo federal.

Com base no Provape, foi instituído em 1995, por meio da Resolução CMN/Bacen nº 2.191, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), linha de crédito especial destinada ao custeio e investimento das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares. Aproximando-se das reivindicações dos movimentos sociais e do sindicalismo rural. O universo de beneficiários do Pronaf ficou restrito aos agricultores familiares, enquadrados como tal por organizações credenciadas pelo atual Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), como os sindicatos de trabalhadores rurais e os órgãos de assistência técnica e extensão rural, a partir de critérios que regularizam os agricultores familiares através da Lei nº 11.326 de 2006 como sendo os agricultores que: a) detém área menor do que quatro módulos fiscais (unidade-padrão para todo o território brasileiro); b) utilizam predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu empreendimento; c) possuem renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; d) administram o estabelecimento ou empreendimento com auxílio de pessoas da família (MDA, 2010).

A criação e o funcionamento do Pronaf bem como o processo de incorporação dos agricultores familiares à política de crédito rural no Brasil, e as condições do repasse do crédito oficial para a agricultura familiar por intermédio das instituições bancárias, possibilitaram o acesso ao crédito a agricultores que antes nunca o tiveram.

¹⁵ PROVAPE – Programa de Valorização da Pequena Produção Rural, com condições especiais para o financiamento das despesas de custeio da safra de verão 1994/1995.

Como exemplo os números relativos às operações com recursos do Pronaf, desde sua criação, mostram a ampliação do acesso dos agricultores familiares ao crédito — em 1996, foram 306.786 e, em 2002, cerca de 950 mil contratos; a partir de 2003, o número de contratos ultrapassou o patamar de um milhão, alcançando cerca de 1,5 milhões em 2004, e no ano de 2010 a agricultura familiar terá à disposição no Plano Safra 2010/2011 R\$ 16 bilhões para as linhas de custeio, investimento e comercialização do Programa Pronaf. Deste total, R\$ 8,5 bilhões serão destinados para operações de investimento e R\$ 7,5 bilhões, para operações de custeio. Muitos desses agricultores nunca haviam obtido nenhum tipo de financiamento: para a metade dos beneficiários, os recursos do Pronaf foi o único financiamento a que tiveram acesso. (MDA, 2010).

Muito ao contrário do que as teorias econômicas e financeiras clássicas pregam e o senso comum imagina, os setores empobrecidos desenvolvem, ainda que muitas vezes circunscritas ao manejo de pequenos montantes, assíduas e criativas fórmulas de auto-ajuda e de trocas econômicas e monetárias. Apesar de suas dificuldades operacionais, em muitos casos as trocas monetárias entre os pobres representam ricas estratégias de sobrevivência econômica e são dotadas de uma elevada racionalidade, especialmente se levar em conta as condições em que elas ocorrem. (SCHRÖDER, 2005)

A vida financeira das populações de baixa renda se alimenta de vastas experiências, como fundos rotativos como já visto acima, caixinhas, clubes de trocas, seguros grupais, etc. Não obstante sua intensidade e grau de racionalidade, a maioria dos atos financeiros dos pobres ocorre em mercados imperfeitos sendo que, muitas vezes, funcionam sem qualquer enquadramento legal e acompanhamento técnico.

Muitas dessas experiências são temporárias e funcionam sob a influência de manifestações culturais e econômicas e do ambiente sociopolítico local. Embora se fundamentem geralmente em mecanismos de confiança e solidariedade, eles podem contar também com as mesmas características culturais negativas observadas nos circuitos em que acontecem transações monetárias de alto valor: disputas de poder, coerção, formas de dominação, etc. Muitas das redes financeiras informais apresentam igualmente elevados custos de transação e estão sujeitas a regras, por vezes, pouco claras para seus integrantes.

Um exemplo típico dessas relações é as compras a prazo, onde os agricultores empenham a produção ainda no “pé”, ou seja, a plantação ainda verde, para comprar produtos de primeira necessidade como alimentos, até insumos, remédios entre outras necessidades que o mesmo vir ter. O pagamento é realizado quando a safra é colhida, onde

é cobrado juros altos dos agricultores, porém essa nem sempre é uma situação constante no meio rural, pois como o trabalho de ABRAMOVAY (2004a) vêm demonstrar, pode-se argumentar que a falta do hábito da poupança entre as camadas pobres brasileiras é indicador também da ausência de instrumentos financeiros adequados a sua condição financeira, ou seja, para uma parte dos agricultores é difícil fazer poupança além de suas condições financeiras não permitirem, também não existem instrumentos adequados as suas condições. Sendo assim a venda da produção no “pé” ainda é uma das alternativas para essa população.

A investigação realizada por BONFIL (2001) no México revela que o “esquecimento” em relação à poupança das famílias mais pobres indica, muitas vezes, um preconceito social arraigado. O preconceito se dá por se acreditar que as pessoas pobres não possuem cultura financeira e nem condições para guardar parte de sua renda. Segundo a autora essa crença se desmonta, descrevendo inúmeras formas que os pobres encontram para economizar e guardar seus recursos. Contudo, eles não o fazem em maior escala pela falta de instrumentos que lhes garantam uma rentabilidade positiva diante da inflação. O estudo elaborado por uma organização que congrega boa parte das cooperativas de crédito de todo mundo revela que os poupadores pobres valorizam três fatores na escolha ou opção por um serviço de poupança: a tranquilidade de que seus recursos não desaparecerão, a conveniência (os recursos estarão disponíveis no momento que deles se necessite) e a segurança de que os rendimentos não serão corroídos pela inflação (WOCCU, 2003).

ABRAMOVAY (2004a) demonstrou que em várias localidades brasileiras são limitações institucionais que excluem os mini e micro-poupadores e não seu interesse ou sua capacidade. Na falta desses serviços, eles acabam investindo suas eventuais economias na compra de animais e de terras. Fica claro também, por meio de diversos exemplos reais, que a poupança é um instrumento fundamental e corriqueiro que as famílias pobres empregam para se proteger dos imprevistos ou para se preparar para os “fatos da vida”, como o nascimento ou o casamento de um ente familiar, um exemplo temos no próprio estudo de caso realizado nessa dissertação, onde os agricultores estão aprendendo a fazer poupança para se proteger dos imprevistos que venham a ocorrer.

A ausência de serviços financeiros mais coletivos, baratos e impessoais, dificulta o planejamento das atividades econômicas e a organização da vida financeira doméstica dos pobres. Isso ocorre, por exemplo, quando eles têm necessidade de vender parte de seus ativos: por estar em forma não monetária e não fracionária, a falta de liquidez de sua

poupança pode gerar situações pouco vantajosas (é preciso vender o animal por inteiro, por exemplo).

Entre algumas experiências bem sucedidas sobre as micro- finanças temos a história do Grameen Bank começa em 1976, quando um professor universitário desenvolveu um sistema de financiamento original em Bangladesh, fornecendo crédito, inicialmente com recursos próprios, para populações pobres de bairros vizinhos à universidade em que lecionava. Depois, já com recursos do Banco Agrícola de Bangladesh, o professor conseguiu elevar, em 1983, esse sistema à categoria de banco, com a autorização do Banco Central. No final dos anos 1990, o *Grameen Bank* já concedia mais de 2 milhões de empréstimos a um público composto em sua quase maioria por mulheres, especialmente mulheres agricultoras com nenhuma ou pouca terra (o tamanho das propriedades é de menos de um acre), e com uma taxa de reembolso próxima aos 100%. (YUNUS, 2005).

A opção em financiar prioritariamente mulheres se consolidou ao longo da trajetória do banco. De início, pretendia-se financiar tanto homens quanto mulheres, procurando alcançar a marca de 50% para cada grupo. Mas, como relata o próprio professor Yunus, com o tempo percebeu-se que os recursos emprestados às mulheres eram muito mais efetivamente aproveitados por suas famílias. Segundo ele, as mulheres são mais afetadas pela pobreza que os homens, porque ao faltar alimentos em suas mesas são elas quem espontaneamente repassam sua parte da comida para os filhos famintos, e nunca abandonam suas casas e suas crianças, diferentemente de seus homens. Além do mais, as mulheres são mais constantes no reembolso do crédito. (YUNUS, 2005).

Atualmente, o modelo *Grameen Bank* se reproduz em várias partes do mundo, em países da África e América Latina, nos Estados Unidos e no Leste Europeu, e conquista relativo êxito. Para compreender tais resultados favoráveis, é preciso assimilar as características próprias do modelo original, para daí identificar, a cada adaptação do mesmo, quais desses elementos devem ser preservados ou abandonados em contextos diferentes de um país como Bangladesh. Na sequência iremos tratar do Microcrédito Rural e o Surgimento do Sistema Cresol.

2 .1 O MICROCRÉDITO RURAL E O SURGIMENTO DO SISTEMA CRESOL

O sistema de microcrédito é um dos instrumentos associados às políticas de desenvolvimento que mais crescem em todo o mundo. O microcrédito pode ser definido por dois critérios: o atendimento de uma população relativamente pobre, normalmente

excluída do Sistema Bancário clássico e a realização de operações de poupança e de crédito com quantias pequenas em torno de 5 mil reais.

Em sua nova versão, ele surgiu como reação às disfunções e às debilidades das instituições financeiras centralizadas e fortemente subvencionadas (LAPENU & WAMFLER, 1997), que vêm se mostrando incapaz de gerenciar programas sociais de combate à miséria, tanto de populações das zonas rurais como urbanas.

As instituições de microcrédito rural têm ganhado força na medida em que o crédito rural subsidiado tem diminuído. Muitas destas instituições são formadas a partir da avaliação de que o meio rural demanda um conjunto de serviços financeiros para o seu desenvolvimento e que o modelo de crédito agrícola subsidiado não produz os efeitos desejados. Portanto, está baseada na concepção de que o problema central no meio rural é a falta de acesso aos serviços financeiros e não às altas taxas de juros praticadas pelo mercado (TONETO & GREMAUD, 2000). Esta avaliação não é consensual, pois tanto a falta de acesso aos serviços financeiros como as altas taxas de juros praticadas na maioria dos países em desenvolvimento são um sério problema no meio rural. Não é porque os subsídios ao crédito agrícola não têm produzido os efeitos desejados que eles devam simplesmente acabar.

Para que os serviços financeiros possam ser ofertados de forma permanente, a sustentabilidade econômica das instituições financeiras que atuam com microfinanças é fundamental. Por ser defendida e apoiada pelo Banco Mundial e pelo Banco Interamericano, esta concepção vem avançando muito nos últimos anos, especialmente a partir de algumas experiências consideradas positivas na Ásia e América Latina. Deve-se considerar que estas experiências têm características específicas e ainda mantêm algum nível de subsídio oculto.

O microcrédito é um dos principais serviços financeiros prestados pela maioria das instituições de microfinanças (IMFs), que normalmente têm mecanismos e instrumentos operacionais mais adequados para fazer o microcrédito que os grandes bancos, porque tendem a ter menores custos operacionais, maior experiência na atuação com o público alvo do microcrédito e melhores condições para realizar o acompanhamento necessário ao microcrédito. Existem instituições que atuam exclusivamente com microcrédito e instituições de microfinanças que atuam com o conjunto dos serviços financeiros, entre os quais pode ou não estar o microcrédito.

Para que as instituições financeiras sejam consideradas como de microcrédito, BARONE *et al.* (2002) sugere que elas adotem algumas metodologias específicas:

“a) O crédito deve ser produtivo e não pode ser destinado ao consumo;

b) A concessão do crédito deve ser assistida e orientada: os agentes de crédito vão até o cliente em seu local de trabalho;

c) Ausência de garantias reais: os sistemas de garantia são diferenciados e as garantias baseadas nas relações de confiança, reciprocidade e participação. Podem ser individuais (avalista ou fiador) ou coletivas (aval cruzado ou aval solidário);

d) O crédito deve ser adequado ao ciclo do negócio: empréstimos pequenos, prazos de pagamentos curtos (semanais, quinzenais ou mensais – para atividades de ciclo curto, normalmente não agrícola), empréstimos com valores crescentes e caracterização como linha de crédito (possibilidade de renovação);

e) Baixo custo de transação para o cliente e elevado custo operacional: proximidade do cliente, mínimo de burocracia e agilidade na entrega do crédito;

f) Ação econômica com forte impacto social.”

Diferente do que defende (BARONE, 2002) *et al*, o crédito de consumo não deve ser excluído totalmente do microcrédito, pois nas microfinanças é praticamente impossível separar o crédito produtivo do crédito pessoal. Normalmente os agricultores não separam seus negócios econômicos de seus lares, fazendo com que os efeitos da desregulação financeira afetem as finanças pessoais e vice-versa (BRUSKY & FORTUNA, 2002, p. 8). Portanto, é preciso ampliar o conceito do crédito produtivo, porque um problema pessoal que demanda algum capital pode inviabilizar um empreendimento produtivo exaurindo os seus recursos, especialmente de capital de giro. Normalmente, quem demanda o microcrédito necessita de acesso rápido aos recursos, com o mínimo de exigências em termos de garantia e de documentação, além de estar em local de fácil acesso. BRUSKY & FORTUNA (2002) dividem as principais necessidades financeiras das populações mais pobres em:

“a) Emergenciais: doenças e gastos com médicos;

b) Eventos sazonais: final de ano, impostos e material escolar;

c) Eventos do ciclo da vida: morte, casamento e outras festas;

d) Oportunidades: reforma da casa, educação, iniciar ou ampliar um negócio”.

Após esta breve caracterização e entendimento do microcrédito, observamos que durante os anos de 1970 e 1980 se teve uma modalidade de microcrédito chamada de Fundo Rotativo, que obteve certo destaque em algumas regiões rurais do Brasil. Esta modalidade previa que após a devolução dos primeiros contratos os recursos seriam

reemprestados a outros tomadores, criando assim um processo contínuo. Na maioria das vezes este fundo rotativo era administrado por ONGs ligadas ao setor rural, que atuavam em parceria com entidades representativas dos tomadores do crédito. Eles funcionavam com recursos oriundos de agências financiadoras do exterior ou de ONG de âmbito nacional. Para OLIVEIRA, 56p. (2003) os fundos se caracterizavam como:

[...] uma experiência muito interessante tanto pela possibilidade de capitalização do pequeno produtor, quanto pela facilidade de acesso desde a um crédito alternativo, quanto pela possibilidade de capacitação que se estabelece através desse contato mais direto com o processo de financiamento inclusive com o uso de mecanismo que facilitam o entendimento do processo no seu conjunto e do acompanhamento da correção desses recursos através da paridade com um produto da região, o que se convencionou chamar de correção pela equivalência produto. Sendo assim o produtor tem como planejar sua dívida.

Porém, apesar de alguns casos positivos, boa parte dos fundos rotativos no Brasil não obtiveram muito sucesso (BÚRIGO, 2007). E estes insucessos se deram por diferentes motivos, entre eles, a alta inflação, que complicava a manutenção dos recursos e a falta de um gerenciamento eficiente, já que os fundos eram administrados por entidades sem muita vocação na área financeira. Com estes problemas, em algumas regiões os organizadores do fundo rotativo resolveram criar cooperativas de crédito, como uma forma de atuar profissionalmente no setor. Foi o caso de algumas Credis¹⁶ alternativas de Santa Catarina e da Cresol no Paraná.

O Sistema Cresol surgiu do Fundo de Crédito Rotativo (FCR), que era operado na região do sudoeste do Paraná desde 1989, fruto do convênio entre a ONG Misereor (Alemanha) e a Assesoar (ONG sediada em Francisco Beltrão-PR, fundada em 1966). Este Fundo era gerido por um Conselho de Entidades Populares do Sudoeste do Paraná, que incluía também a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (LANNOY, 2006).

Por meio deste Fundo eram financiados pequenos investimentos junto a numerosos grupos de agricultores, que trabalhavam com as entidades da região e assentamentos de Reforma Agrária, mesmo fora da região sudoeste. Foram realizadas mais de 300 operações

¹⁶

Cooperativa de Crédito Rural de Santa Catarina.

de crédito em sacas de milho. Como a inflação era alta, usava-se como indexador da dívida o preço médio regional do milho, principal cultura dos pequenos agricultores.

O crédito deste Fundo era orientado para promover a chamada *agricultura alternativa*, quando se tratava de implementar um novo modelo tecnológico distinto daquele da “revolução verde”. A inflação era alta e as linhas de crédito rural, sobretudo para investimento, tinham secado. Os pequenos agricultores recorriam na sua maioria ao “troca - troca”, que significava adquirir insumos trocando por produtos da próxima safra. O mercado era dominado pela usura e pelo poder dos comerciantes que, alegando risco, cobravam em produto valores muito superiores aos preços de mercado. Foram anos muito difíceis para os agricultores familiares, muitos tinham perdido suas terras por dívidas e os que ainda operavam com bancos tinham visto suas poupanças seqüestradas pelo Plano Collor em 1990. “Não financie, Banco só é bom para sentar”, diziam os pequenos produtores. (LANNOY, 2006).

Em 1990, na Região Centro Oeste do Paraná, também existiam experiências com FCR com o apoio da ACT (Bélgica) e entidades ligadas à Fundação Rureco (ONG sediada em Guarapuava-PR), porém, cada vez mais se discutia a questão da sustentabilidade e os índices elevados de inadimplência. Reconheceu-se como necessário promover o controle social, ampliar a disponibilidade de recursos e a regulamentação jurídica dos contratos, caminhando assim para a criação das cooperativas de crédito, o Sistema Cresol, em 1995 (LANNOY, 2006).

Segundo LANNOY (2006), em dezembro de 1993, no município de Guarapuava, foi promovido o seminário *Cooperativas de Crédito e Fundos Rotativos* reunindo dirigentes de entidades tanto da região Centro-Oeste quanto Sudoeste do Paraná. Por ele se tomou conhecimento de dois processos que seriam decisivos para propor a criação do Sistema Cresol:

a) As cooperativas de crédito criavam a possibilidade de reter e aplicar a renda agrícola no meio rural; fazer com que os pequenos agricultores controlassem os recursos para a agricultura e pudessem orientar a Política Agrícola em favor dos seus interesses; participar na gestão dos Programas Oficiais de Crédito, cujos recursos podiam ser repassados através das cooperativas de crédito; reinvestir as sobras, que seriam os lucros dos Bancos, em programas de crédito de investimento, na forma de Fundos Rotativos; e operar com custos menores e de forma menos burocrática do que os grandes Bancos;

b) A nova Constituição de 1988 previa a participação do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional, mas era preciso ainda muita luta para que entrasse em vigor uma nova

regulamentação que tornasse efetiva a orientação constitucional em favor do cooperativismo. No entanto, ainda assim o sistema de crédito cooperativo existente, com uma central para o estado e uma cooperativa singular em cada uma das grandes cooperativas de produção, modelo seguido, como por exemplo, pela Organização das Cooperativas do Paraná (OCB), não ampararia os Fundos de Crédito Rotativo das entidades da agricultura familiar presentes no Seminário.

O Sistema Cresol foi idealizado como mais uma ferramenta dos agricultores familiares que lhes possibilitasse, de uma vez por todas, acessar financiamentos e serviços bancários com qualidade e adequados à sua realidade (LANNOY, 2006).

Atualmente o Sistema Cresol é formado por cooperativas singulares, bases regionais de serviços e a cooperativa central. A *Central Cresol Baser* é uma cooperativa que reúne Bases Regionais de Serviços e Cooperativas Singulares, a Baser tem a função de: formação de dirigentes, técnicos e assessores, possui o controle da Contabilidade – padronização, coordenação e normatização, auditoria interna das cooperativas do sistema, questões relacionadas ao Crédito Rural, Plano de Safra, análise sócio-econômica, Informática – Desenvolvimento e atualização de Software, Comunicação, Marketing e Recursos Humanos e a mesma se localiza na cidade de Francisco Beltrão -PR. As bases regionais tem a função de Formação, Informática e tecnologia da informação, Comitê de Crédito, Conselho de Administração Fiscal, Contabilidade, Execução e análise de Balanço Contábil, acompanhamento e gestão, Negociação com governos municipais, órgãos públicos regionais, Recursos Humanos, Normativos específicos para as cooperativas da região, ou seja, se localizam em cada região do estado onde há cooperativas singulares. Já as cooperativas Singulares têm como função a atuação no município em que está instalada é a que tem contato direto com o público através da: Organização e atendimento do quadro social, Aplicação do cadastro sócio-econômico, Liberação de crédito (Pessoal e Rural), Análise de projetos de crédito e investimento, Aplicações financeiras, Controles de contas. E todas elas tanto as bases regionais como as singulares estão sobre o controle da baser. (CRESOL BASER, 2010).

O quadro social é composto exclusivamente por agricultores familiares, que são responsáveis pela administração das cooperativas. Esta administração *horizontal* permite o fortalecimento do controle social, isso porque, a administração está na mão dos agricultores, são eles que escolhem e definem os rumos que a cooperativa devesse tomar, isso serve para garantir que a gestão das cooperativas fique na mão dos agricultores

mesmo com seu crescimento. No ano de 2009 o Sistema Cresol possuía 1 Central Cresol Baser¹⁷, 76 cooperativas singulares, 76.374 cooperados, 178 Postos de Atendimento (PACs), 9 bases regionais de serviços¹⁸ e o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (Infocos)¹⁹, abrangendo 254 municípios entre os estados de Santa Catarina e Paraná. (CRESOL BASER, 2010).

O Sistema Cresol diferentemente dos bancos tradicionais avalia que sua atuação deve se restringir ao município porque esse espaço tem condicionantes específicos que devem ser valorizados no processo de desenvolvimento; além do que, é nesse espaço que atuam os agricultores e é nele que se dá a construção da cidadania (CRESOL BASER, 2001). O Sistema Cresol tem o entendimento é de que a maior proximidade com as comunidades potencializa os efeitos positivos da atuação da cooperativa. A estratégia do desmembramento permite a Cresol, mesmo ampliando suas relações e o espaço da sua inserção, ao se relacionar com diferentes atores que não integram a rede local, como órgãos do governo federal, não modificar o conteúdo da relação com os associados, pois as estruturas locais que compõem o arranjo institucional do Sistema preservam as relações entre associados e cooperativas.

No capítulo seguinte iremos apresentar ao leitor a região estudada o Vale do Ribeira e o município de Cerro Azul.

3 O VALE DO RIBEIRA E CERRO AZUL

Nesse capítulo iremos caracterizar a região do Vale do Ribeira –PR e o município de Cerro Azul, locais que serviram para o estudo de caso dessa dissertação. De forma breve iremos apresentar as principais características históricas, ambientais, culturais e econômicas.

¹⁷ Cresol Baser é a Central, um órgão de crédito, de representação política e de serviços. Foi criada em 2000, por orientação do Banco Central do Brasil, que através de sua normatização, passou a orientar os sistemas cooperativos a se organizarem através de centrais de crédito, delegando a elas grande parte das responsabilidades de fiscalização e controle. Antes de ser transformada na primeira Central do Sistema, a Cresol Baser era uma Base Regional de Serviços com atuação na região Sudoeste do Paraná. Estão filiadas a esta Central as cooperativas Cresol do Paraná e em Santa Catarina. (www.cresol.com.br/26/02/2010)

¹⁸ Bases Regionais de Serviços são cooperativas de serviço, de caráter operacional, agregando cooperativas singulares por proximidade. Tem a responsabilidade de organizar e oferecer serviços de formação, contabilidade, informática e demais atividades relacionadas ao cooperativismo de crédito rural.

¹⁹ Instituto De Formação Do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), foi Criado em agosto de 2005 pela Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol Baser e as suas Bases Regionais, para oferecer a públicos distintos e internos das cooperativas, formação em cooperativismo, orientando ao desenvolvimento sustentável e solidário.

O território do Vale do Ribeira²⁰ se localiza numa área de Mata Atlântica, possuidora de um relevo bastante ondulado e montanhoso. É também muito rica em recursos hídricos.

O território situa-se na porção nordeste do Estado do Paraná. É delimitado ao Norte com o estado de São Paulo e ao Sul com demais município integrante da região metropolitana de Curitiba (da qual faz parte). A comunicação rodoviária entre o Território e Curitiba, se dá por duas rodovias a PR 092 trecho Curitiba – Cerro Azul e a BR 476 Curitiba - Adrianópolis que também serve de comunicação entre o território e o estado de São Paulo.

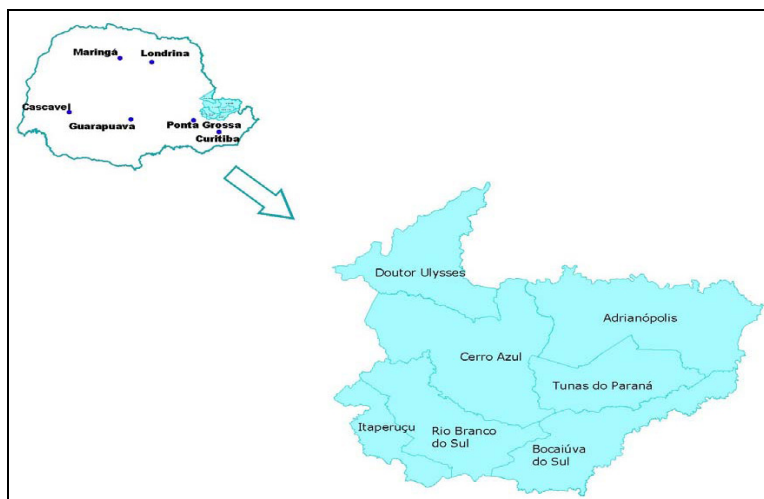
A região do Vale do Ribeira Paranaense compreende sete municípios: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, localizados a uma média de 100 km a Nordeste de Curitiba²¹ (ver figura abaixo).

O território esteve historicamente isolado apesar de situar-se entre duas grandes regiões metropolitana (São Paulo Capital e Curitiba), o que contribui muito para esta situação é o relevo predominante montanhoso da região. Existem duas unidades de conservação sob jurisdição estadual que são: Parques Estaduais das Lauráceas, que se estende por 27 524,33 há, dos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná e Bocaiúva do Sul ; e o Parque Estadual de Campinhos, cobrindo 208,12 há, dos municípios de Cerro Azul e Tunas do Paraná. Os Sete municípios formadores do Território ocupam 6.066,60 km. (JORNAL FOLHA DO VALE, 2000).

Figura 1 – Localização do Território do Vale do Ribeira - Paraná

²⁰ Os sete municípios do Vale da Ribeira no Paraná integram a Região Metropolitana de Curitiba. O Vale da Ribeira é a denominação genérica da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e o Complexo Estuarino Lagunar de Iguape-Cananéia-Paranaguá, localizado nos estados de São Paulo e do Paraná. Sobre o Território do Vale da Ribeira – Paraná, a escala territorial foi introduzida nas políticas públicas pelo Ministério da Integração Nacional e pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário a partir do ano 2000. No MDA a partir de 2003 com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, o PRONAF orientou parte de suas políticas para a ação territorial. Atualmente o Vale da Ribeira é um dos territórios prioritários de ação conjunta entre o governo do estado e o governo federal (SEC. AGRICULTURA PARANÁ, 2009).

²¹ Apesar de ser considerada parte da região metropolitana de Curitiba o Vale do Ribeira tem suas características bem distintas a esse tipo de região, pois fazem parte da região metropolitana os municípios de Rio Branco do Sul e Itaperuçu, sendo que nesses municípios é onde ocorre a extração mineral e, portanto, pouca são suas atividades agrícolas, porém os outros cinco municípios da região são rurais e com atividades econômicas também rurais.



Fonte: IPARDES, 2009.

Historicamente vemos no território, esta cultura agrícola sendo moldada a partir das práticas das populações tradicionais como indígenas, quilombolas, caboclos e depois com a chegada dos primeiros espanhóis e portugueses.

O que diferencia o território dos demais é a presença por mais de cento e vinte anos de imigrantes alemães, austríacos, suíços e italianos, a colônia Açungui é a segunda mais antiga do estado e o com menos índice de desistência por parte dos colonos. Podemos afirmar que o “sistema tradicional continuou a se desenvolver numa constante interação com a cultura e a ecologia local” e à medida que houve pressões populacionais e de influência externa o sistema se adaptou. (PERACI, 2002).

Estas pressões populacionais se deram a partir da tentativa de fixar os novos imigrantes no território, e levava a preocupação do alto consumo de alimentos e bens aliados à produção de pelo menos um produto específico para a venda. Como na região, as condições das propriedades, do ambiente físico, do sistema de transporte e de distribuição de insumos e crédito eram de pouca eficiência, acabaram propiciando uma agricultura de baixo uso de insumos externos.

A densidade demográfica do território é baixa, em relação à estadual. Dos sete municípios, quatro contam com menos de dez mil habitantes, dois com menos de vinte mil habitantes e somente um com mais de vinte e cinco mil habitantes.

O território do Vale do Ribeira possui 99.352 habitantes, sendo 47.496 urbanos e 43.412 rurais, ou seja, 48% da população rural. Já Cerro Azul tem uma população de 17.693 habitantes desses 3.916 urbanas e 12.436 rurais, sendo um total de 76% da população do município rural (IBGE, 2006).

Os municípios que integram o território possuem o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH menor que a média estadual (0,787) e nacional (0,760). Cerro Azul possui (0,684) ocupando a 372ª posição do ranking estadual, posição essa bem baixa levando em conta que o estado possui 399 municípios. (IPARDES, 2009).

Os municípios da região têm suas economias baseadas na agricultura familiar, com a extração mineral e produção animal e vegetal. As principais atividades econômicas agrícolas são: milho, feijão, apicultura, piscicultura, cultivo de Pinus, extração de madeira nativa para os fornos das indústrias de calcário, pastagens com criação de gado de corte, fruticultura, em especial os citrus. O setor extrativista-industrial é uma das principais fontes de renda, através de minerais de cálcio e magnésio. Existe uma média de 50 indústrias de calcário e uma grande indústria de cimento. (PERACI, 2002).

A região do Vale do Ribeira é conhecida também como uma das regiões mais carentes do Estado, inclusive faz parte dos programas federais como Territórios da Cidadania²², a mesma possui baixos índices de desenvolvimento. Um exemplo disso é o “total de famílias pobres no território do Vale do Ribeira, em 2000, era de 9.587, ou seja, 38% do total de famílias – indicador bastante superior a média paranaense, de 20,9%. O indicador para as famílias rurais é de 62,2% no território contra 32,9% da média estadual”. (BIANCHINI, 2009)

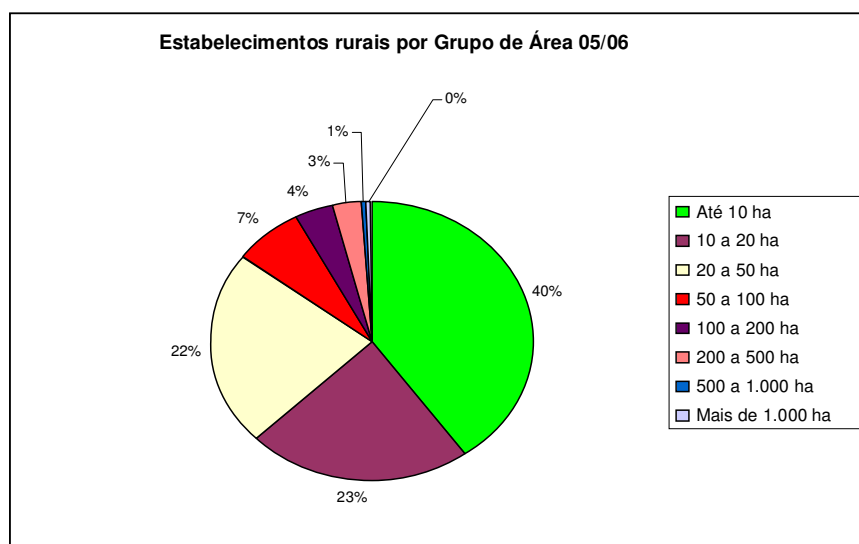
As elevadas taxas de pobreza das famílias rurais não revelam a parcela dos ganhos familiares resultantes para o consumo próprio. No território para os agricultores familiares estes ganhos são significativos, que somados a outras rendas agrícolas ou não agrícolas e rendas sociais como a aposentadoria totalizam para uma crescente parte das famílias rurais, que não estão abaixo da linha da pobreza se considerarmos essas outras fontes de renda e consumo.

O vale do Ribeira tem a maior parte de suas propriedades com área com menos de 20 ha representam 63% dos estabelecimentos, ocupam apenas 11 % da área, respondem por 57% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais e 21% da produção agrícola anual, ao passo que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha representam menos de 1% dos estabelecimentos, ocupam 27% da área, representam apenas 2% do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais e 19% da produção agrícola anual. Podemos observar essas informações do IBGE do Censo Agropecuário, a partir dos gráficos abaixo.

²² O Programa Federal Territórios da Cidadania tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

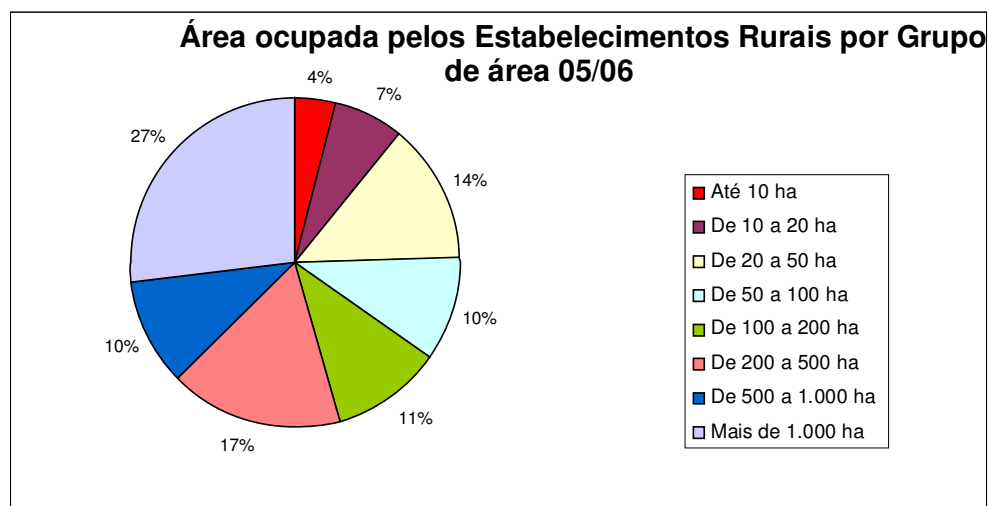
Ou seja é uma região de pequenas propriedades, as atividades ocupam a maioria da mão de obra, e produzem 21% de toda a produção do vale, essa característica não se diferencia muito dos dados quando olhamos em nível nacional. A questão da concentração da terra, uma questão tão antiga e de difícil solução.

01- Gráfico: Número de Estabelecimentos Rurais por grupo de área, no Vale do Ribeira 2005/2006.



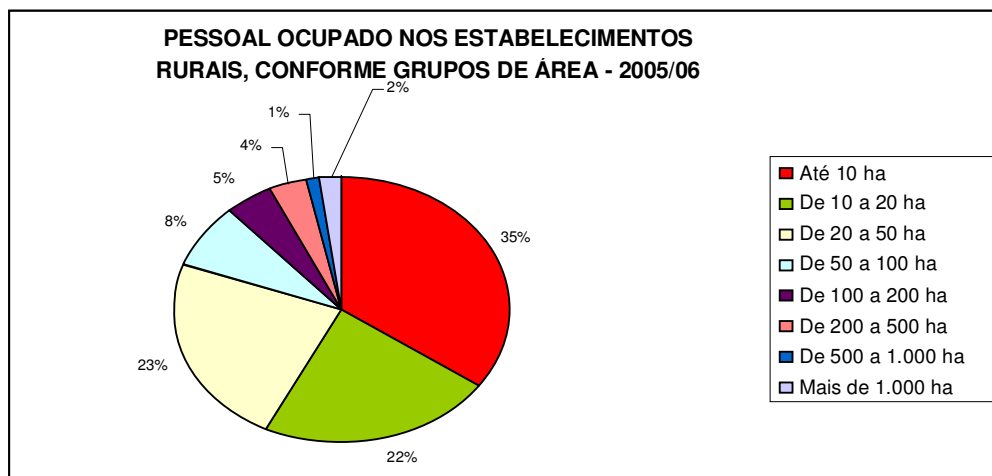
Fonte: IBGE: CENSO AGROPECUÁRIO 2005/2006.

02-Gráfico: Área ocupada pelos estabelecimentos Rurais por grupos e área, no Vale do Ribeira.



Fonte: IBGE: CENSO AGROPECUÁRIO 2005/2006.

03- Gráfico: Pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais, conforme grupos de área, no Vale do Ribeira 2005/2006.



Fonte: IBGE: CENSO AGROPECUÁRIO 2005/2006.

3.1 – O MUNICÍPIO DE CERRO AZUL

Município de Cerro Azul teve sua origem com a Colônia Assunguy, fundada no ano de 1860, ao norte de Curitiba. A Colônia prosperou rapidamente e já em 1872, era elevada à categoria de Freguesia com o nome de Serro Azul e invocação de Nossa Senhora da Guia, pertencente, então, ao Município de Votuverava (hoje, Rio Branco do Sul).

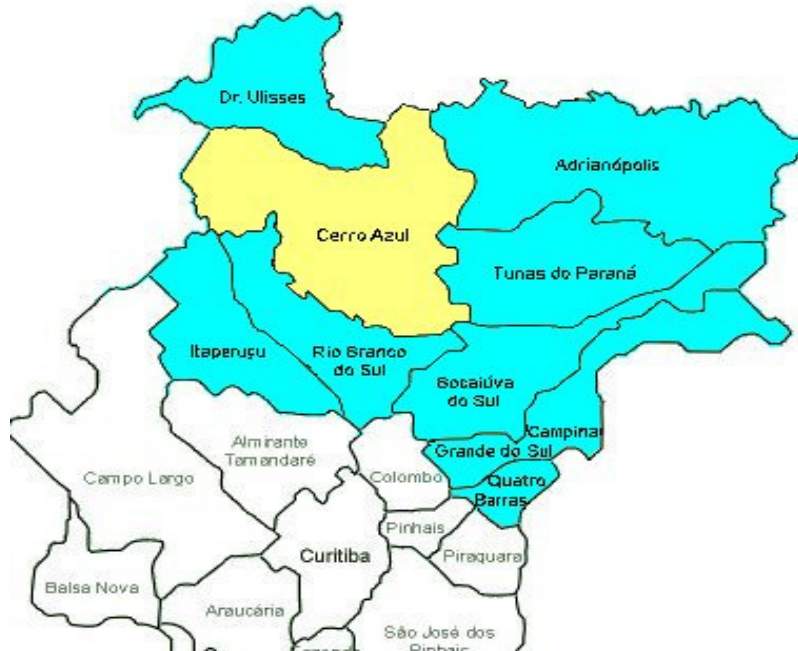
Em 1882, fica elevada à categoria de Vila, a Freguesia de Nossa Senhora da Guia do Serro Azul, com a denominação de Vila do Açunguy. Em 1885, teve a sua denominação alterada para somente Serro Azul, em virtude de estar próxima do morro de igual nome, o qual pertence a uma ramificação da Serra Geral. Em 1897, passou à categoria de Cidade, como sede do Município de Serro Azul e, em 1929 foi mudada a grafia de Serro Azul para Cerro Azul. (IBGE, 2010)

As atividades do município permaneceram praticamente estacionárias até o ano de 1940, quando a construção da estrada de rodagem, ligando Cerro Azul à rodovia São Paulo-Curitiba, permitiu o escoamento efetivo de sua produção, essencialmente agrícola e pastoril.

O município de Cerro Azul, foi desmembrado de Rio Branco do Sul em 1897. Possui uma área de 1.341.323 km, está à 84 km de Curitiba capital do Estado do Paraná. Está a uma altitude de 393 metros, latitude de 24° 49' 23" S e a uma longitude de

49° 15' 40" W. Faz limite com os Municípios de Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Adrianópolis, Dr. Ulisses, Itaperuçu e Rio Branco do Sul.

Figura 02: Localização do Município de Cerro Azul.



Fonte: IPARDES, 2009.

Cerro Azul possuía em 2007 17.693 habitantes sendo que 3.916 eram urbanos e 12, 436 rurais, ou seja, 76% da população do município é rural. O mesmo apresenta uma densidade de 12,2 hab/Km². (IPARDES, 2009). Segundo IPARDES (2009) Cerro azul possui atualmente uma população de 18, 660 habitantes.

O município de Cerro Azul possui 1.949 agricultores familiares, é o município do Vale do Ribeira –PR que possui o maior número de agricultores familiares. Através da tabela abaixo podemos observar que o município de Cerro Azul possui 34 arrendatários, 206 ocupações, 153 parceiros, 392 produtores rurais sem terra e a maioria com 1.465 são proprietários totalizando 2.250 estabelecimentos rurais numa área de 51.640 ha. Esses dados confirmam os dados da pesquisa de campo realizada, que demonstra que os agricultores na sua maioria são proprietários das terras. (IBGE, 2010).

Tabela 01: Estabelecimentos agropecuários e área segundo a condição do produtor 2006.

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO A CONDIÇÃO DO PRODUTOR - 2006

CONDIÇÃO DO PRODUTOR	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha) (1)
Arrendatário	34	1.640
Ocupante	206	1.017
Parceiro	153	527
Proprietário	1.465	48.456
Produtor sem área	392	-
TOTAL	2.250	51.640

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

(1) A soma das parcelas não corresponde ao total porque os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caracter "x".

Na tabela abaixo temos as principais atividades econômicas agropecuárias: Sendo aquícultura com 10 estabelecimentos, Horticultura e floricultura com 202, Lavouras permanentes 473 é nessa categoria que se encaixa a produção de citros, 573 de lavoura temporária, 973 de pecuária e criação de outros animais, Cerro Azul produz muito gado de corte de raça mista, e atualmente tem investido muito na cadeia leiteira, e em outros itens como a produção florestal e florestas nativas 3 propriedades, produção florestal de florestas plantadas 16 propriedades, nesse item se tem a produção de pinus e eucalipto.

Como observamos o município produz muito mais produtos de consumo do que produtos de exportação, diferentemente de outras regiões do estado. Isso é devido ao relevo e clima da região que não se adapta, por exemplo, para produz grãos. Além da questão climática, tem também os motivos culturais.

Tabela 02: Estabelecimentos por atividades econômicas

ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS E ÁREA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ESTABELECIMENTOS	ÁREA (ha) (1)
Aquícultura	10	149
Horticultura e floricultura	202	1.949
Lavoura permanente	473	10.404
Lavoura temporária	573	8.650
Pecuária e criação de outros animais	973	20.896
Produção florestal de florestas nativas	3	127
Produção florestal de florestas plantadas	16	9.464
TOTAL	2.250	51.640

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário

(1) A soma das parcelas não corresponde ao total porque os dados das Unidades Territoriais com menos de três informantes estão desidentificados com o caracter "x".

Na tabela a seguir, temos a área colhida, produção, rendimento médio e valor da produção agrícola do município de Cerro Azul, a partir dela podemos observar as principais culturas cultivadas no município. Essa tabela vem para confirmar a informação que foi dada acima, por exemplo, a produção de soja é bem abaixo da média do estado. Porém a produção de feijão, mandioca e do milho que serve de alimento ao gado que é

uma atividade muito forte no município, demonstrando essa característica de produção de consumo que o município e a região.

Tabela 03: Produção agropecuária.

ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO MÉDIO E VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA - 2008

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Abacate	2	25	12.500	12
Arroz	100	108	1.080	68
Batata-doce	47	365	7.765	77
Caqui	7	117	16.714	76
Feijão	2.240	2.870	1.281	5.568
Figo	3	42	14.000	50
Laranja	900	14.220	15.800	2.844
Limão	24	50	2.083	24
Mamão	4	30	7.500	14
Mandioca	1.300	22.490	17.300	3.823

PRODUTOS	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	VALOR (R\$1000,00)
Maracujá	45	420	9.333	242
Melancia	24	280	11.666	165
Milho	9.100	41.742	4.587	13.357
Pera	1	12	12.000	8
Pêssego	6	66	11.000	66
Soja	400	1.091	2.727	709
Tangerina	5.225	149.175	28.550	41.769
Tomate	75	3.735	49.800	2.615
Uva	40	352	8.800	352

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal

NOTA: Dados estimados.

O município de Cerro Azul é rico em recursos naturais, é possuidor de lindas paisagens que são um grande atrativo para quem gosta de atividades esportivas que envolvam grande adrenalina, no município passa o Rio Ribeira na divisa com o município de Dr. Ulisses, é uma região muito montanhosa o que forma um belo contraste entre o rio e as montanhas. É realizado o turismo rural com atividades como o Rafting, o rio possui várias piscinas naturais, há também passeios de bicicleta, passeios em grutas e cavernas.

Além das belezas naturais o município oferece ainda ao turista a opção de um passeio histórico, Cerro Azul possui muitos casarões antigos, que podem ser visitados e assim o turista conhece um pouco da história da região, também tem várias opções de

artesanato e a culinária com um variado café colonial. O turismo é outra importante fonte de recurso para o município que é essencialmente rural.

Cerro Azul é também famoso pela Festa da Laranja que já está na sua 45ª edição, e a Expokan que está na sua 17ª edição este ano de 2010. Onde se tem a exposição dos produtos produzidos pelo município, mais a escolha das rainhas do Poncã, através de um desfile da beleza, e muitos shows, sendo sempre uma grande festa que mobiliza toda a região.

Após essa caracterização da região do Vale do Ribeira –PR e do município de Cerro Azul iremos entrar no estudo da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária Cresol Cerro Azul.

4 - CRESOL EM CERRO AZUL NO VALE DO RIBEIRA –PR²³

A iniciativa de organização do município de Cerro Azul tomou forças com as iniciativas do Sr. Claudivino Hilmann que no final dos anos 80 voltou ao município, devido a uma doença que o mesmo enfrentava. Ao tentar chegar à propriedade de seus pais na comunidade da Bomba, não conseguiu chegar de carro devido ao mal estado das estradas e teve que continuar a pé até a propriedade.

A propriedade dos pais de Claudivino possuía 35 alqueires de terra, onde produziam principalmente, citrus (poncã) e gado de corte da raça mista. Além dessas atividades econômicas, produziam também feijão, milho, mandioca e outros produtos de subsistência. Claudivino estudou em Curitiba onde cursou Economia e Administração de Empresas na Universidade Federal do Paraná e onde também participou de movimentos sociais e políticos como centros acadêmicos, Aopa (Associação de Agricultura Orgânica do Paraná), Deser (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais), PT (Partido dos Trabalhadores) e Grupos de Jovens ligados à Igreja. Quando volta a morar em Cerro Azul se depara com uma situação de abandono do município pelo poder municipal, estadual e federal, e com as pessoas desanimadas e sem expectativa de mudança, excluídas do acesso as políticas públicas, inclusive do Crédito Rural. Até o ano de 2001 o número de agricultores com acesso ao crédito rural não passava de 50 agricultores e entre as

²³ As informações sobre o histórico da Cresol e da organização no município de Cerro Azul, foram cedidas em entrevista por João Carlos Hilmann atual vice-prefeito do município e Secretário da Agricultura, Adriano Briatore atual presidente da Cresol e Arlei Costa da Rosa, um dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito.

principais causas se devia ao fato de que a agência do Banco do Brasil mais próxima, ficava no município vizinho de Rio Branco do Sul a mais ou menos 70km.

Para Claudivino essa situação de abandono em que o município e a região se encontravam só poderia ser revertida se as pessoas se unissem e acreditassem que conseguiriam mudar seus destinos.

Claudivino, então, começou a buscar parcerias com várias organizações para tentar mudar a situação de Cerro Azul e nessa busca conheceu o Sistema Cresol que instala sua primeira cooperativa singular no Vale do Ribeira, no município de Itaperuçu, no ano de 2001. Concomitantemente, Claudivino e outras pessoas engajadas em movimentos populares criam o Partido dos Trabalhadores (PT), em Cerro Azul, começando assim a mobilizar mais pessoas. Claudivino possuía essa capacidade de mobilização e convencimento. E, logo, se organizaram através de reuniões para a criação das associações de comunidades, que serviriam como movimento de base na busca de melhorias, tanto para a comunidade como para o município. Desse processo, atualmente Cerro Azul conta com 22 associações atuantes, além da criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

A partir dessas associações e de entidades de apoio como o DESER, AOPA, FETRAF Sul, a população foi ficando animada e observou que de forma organizada poderiam mudar esse quadro, pois essas entidades traziam informação e acesso às políticas públicas que até então não se conhecia.

Em 2002 os agricultores que estavam ligados às associações e às entidades que estavam trabalhando no município em conjunto com a Cresol de Itaperuçu conseguiram criar a Cresol Cerro Azul. E onde até então, no município onde menos de 50 agricultores tinham acesso ao Pronaf, em um universo de mais de 2.400 famílias de agricultores, o número de contratos passou de 76 em 2000/01 (Itaperuçu e Rio Branco do Sul) para 2680 em 2006/07 em todos os municípios do Território. Esse aumento se deve à chegada da Cresol, somado a outros fatores relacionados as políticas públicas federais, como por exemplo, o aumento no montante de recurso oferecido.(Secretária da Agricultura do Paraná, 2009).

Segundo a Secretaria da Agricultura do Paraná (2009) o valor aplicado aumentou de R\$219.508,00 para R\$10.175.909,00 no período de 2000 a 2007. E a região do Vale do Ribeira que em 2000/01 representava apenas 0,1% dos contratos realizados no Estado, em 2006/07 cresceu para 1,8%.

No período de 2000/01 a 2007/08 foram aplicados através do Pronaf no Território do Vale do Ribeira, o montante de R\$30.423.812,00 o que corresponde a 10.490 contratos, sendo R\$23.683.360,00 em 8.938 contratos de custeio e R\$6.740.451,00 em 1.552 contratos de investimento. A média dos contratos ficou em R\$2.649,00 para os contratos de custeio e R\$4.343,00 para os contratos de investimentos, valores estes abaixo da média do Estado, que no período 1998/99 a 2006/07 ficou em R\$3.460,00 para os contratos de custeio e R\$9.065,00 para os contratos de investimento (Sec. Agricultura do Paraná, 2009).

O município de Cerro Azul foi responsável pela aplicação de 35% dos recursos e 42% dos contratos realizados através do Pronaf, Rio Branco dos Sul por 22% dos recursos e 21% dos contratos, Itaperuçu por 14% dos recursos e 14% dos contratos e Doutor Ulisses por 6% dos recursos e 10% dos contratos. Estes quatro municípios representavam 87% do total de contratos realizados e 78% dos recursos liberados. Nos dois últimos anos tem crescido a participação de Adrianópolis e Bocaiúva do Sul. Estes dois municípios juntos representam 22% dos recursos liberados e 13% dos contratos. A participação de Tunas do Paraná é considerada insignificante, pois durante todo este período foram realizados apenas 34 contratos num montante de R\$89.104,00 liberados, o que provavelmente se deve a frágil presença da agricultura familiar neste município (Sec. Agricultura do Paraná, 2009).

O município de Cerro Azul possui um diferencial em relação aos demais municípios da região, que é um forte engajamento social. Isso é observado, por exemplo, na participação dos agricultores nas associações de comunidade que possuem encontros mensais e na maioria das vezes está presente o Prefeito e/ou vice - prefeito, além de entidades como Cresol, Coopaf, STR – (Sindicato Trabalhadores Rurais), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural -Emater, Iapar - (Instituto Agrônômico do Paraná), entre outras.

É em encontros como esses que é discutido as questões de acessos, de melhorias e transformações que podem ser realizadas no município. Um exemplo disso é a assistência técnica rural no município:

“Enquanto a prefeitura entra com os técnicos e projetos desenvolvidos com o Iapar, o Sindicato Rural, através dos cursos do Senar –PR, promove a qualificação dos produtores. Buscamos a profissionalização do trabalhador rural em nossa região oferecendo os treinamentos do Senar-PR. Quanto mais informação e conhecimento, mais desenvolvimento no campo” - destaca o

presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cerro Azul o Sr. Francisco da Silva.

O acesso às instituições como a Cresol, a Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar - Coopaf²⁴, o Iapar, o STR, a Claf, o Deser, o Senar-PR, a Aopa, entre outras, é um dos fatores que podem modificar a trajetória das comunidades rurais, pois é a maneira de se engajarem de forma mais fecunda e significativa para buscarem as mudanças que almejam.

Segundo as lideranças que colaboraram na criação da Cresol em Cerro Azul, a principal preocupação deles é tornar o crédito rural uma ferramenta útil para os agricultores, e que o crédito colaborasse com o desenvolvimento do município e não fosse somente um repasse de dinheiro ou uma fonte de endividamento ao agricultores, que até então nunca tinham acessado a esse instrumento e poderiam ter dificuldades em lidar com ele de uma forma correta.

Neste sentido, as organizações sociais formadas no município e as entidades regionais foram de fundamental apoio. A Cresol com seus agricultores se reunia com as entidades para discutir como seria a utilização do crédito e, onde seria investido o recurso. No início se tinha o crédito, mas não sabiam usá-lo. No primeiro ano havia 200 mil reais, para o investimento e nenhuma família queria acessar, pois as dúvidas eram muitas. Desde como utilizar, até quais as cadeias produtivas que deveriam ser priorizadas: poncã, leite, mandioca, feijão? Não havia essa orientação porque não existia uma política orientadora e nem um estudo das condições do mercado para se saber o que produzir.

Então, por indicação das entidades e interesse dos agricultores decidiram que a cadeia leiteira seria a melhor opção. Era o ano de 2003, e no cenário da cadeia leite a Parmalat (importante empresa do ramo) tinha aberto falência e o Governo Federal estava iniciando um projeto para criar condições de desenvolvimento dessa cadeia produtiva para a agricultura familiar. A discussão fortalecia a questão de que o leite é uma atividade que gera renda mensal ao produtor e que, há alguns anos atrás a produção de leite estava na mão dos agricultores familiares e que apesar das grandes empresas como a própria Parmalat, Nestlé e outras, deterem naquele período a maior parte da produção leiteira, era possível a agricultura familiar reocupar seu papel neste cenário. Dessa forma, a Cresol em

²⁴ Coopaf: Cooperativa de Produção e Comercialização da Agricultura Familiar, é uma organização dos agricultores familiares do Sudoeste do Paraná, atualmente existe uma Central de Serviços da Coopaf e 17 cooperativas singulares. Esse sistema em sua estrutura é muito parecida com a Cresol e surgiu de uma necessidade, pois os agricultores possuíam o Crédito através da Cresol, a área da produção principalmente do leite já existe o Sistema Claf : Cooperativa de leite da Agricultura Familiar, estava então organizada, faltava o último elo que é a comercialização organizada.

conjunto com as demais entidades representativas da agricultura familiar, optou pela cadeia leite, onde foram investidos 80% dos recursos nos primeiros anos das atividades da Cresol. (CRESOL CERRO AZUL, 2009).

A partir desse momento ocorreu um conjunto de ações, como a que envolveu a SEAB (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento) com um programa chamado Paraná 12 meses²⁵, a UFPR (Universidade Federal do Paraná) trouxe vários acadêmicos para ensinar aos agricultores a questão de manejo e higiene dos animais, e a Cresol disponibilizava o acesso aos recursos. Com esse processo, nasceram as bacias leiteiras no Vale do Ribeira.

A Cresol atualmente possui um programa de Habitação Rural²⁶ que entre Cerro Azul e Dr. Ulisses já foram construídas uma média de 200 casas, esse programa tem sua importância, devido ao fato de colaborar na continuidade do agricultor no campo, em condições de vida com mais qualidade ao agricultor e sua família. (CRESOL BASER, 2010).

Outra política pública que a Cooperativa incentivou foi o PAA²⁷ (Programa de Aquisição de Alimentos) que no ano de 2009 possibilitou ao município de Cerro Azul receber 2,5 milhões de reais com 700 famílias tendo acesso a essa política. (CRESOL BASER, 2010).

O município de Cerro Azul se encontra em um momento favorável, pois o agricultor que até poucos anos atrás, não possuía acesso ao crédito rural e a nenhuma política pública, a partir do ano de 2003 passou a ter acesso ao financiamento rural, às

²⁵ O Programa Paraná 12 Meses foi concebido Pelo Governo do Paraná e teve o apoio financeiro do Banco Mundial. A coordenação do projeto foi da Secretaria de Agricultura do Estado e, de um total de US\$ 353,5 milhões, o Banco mundial participou com US\$ 175 milhões. O nome “Paraná 12 Meses” tem origem na proposta de diversificação da produção. O estado tinha uma renda bruta muito centrada na cultura de grãos e precisava integrar mais lavoura pecuária, avançar nos hortifrutigranjeiros e na revitalização da cafeicultura além de agregar mais valor na produção com o incremento da agroindustrialização.

²⁶ O Programa de Habitação Solidária (Habitassol) oportuniza aos associados o acesso a moradias dignas no campo. Iniciado em 2004, o programa trabalha em parceria com o Governo Federal, através de alguns de seus programas que dão vantagens para o financiamento de casas de baixo custo e interesse social como: juros baixos, carência e também recurso a fundo perdido. O principal objetivo do Habitassol é elevar a dignidade e a auto-estima do agricultor familiar, através da construção de boas moradias, contribuindo com sua permanência no campo, com o aumento da produção de alimentos e com a diminuição do êxodo rural. O Programa de Habitação Solidária da Cresol atua com três modalidades de financiamentos: o Programa de Subsídio Habitacional de Interesse Social (PSH), as operações coletivas FGTS em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

²⁷ O Programa de Aquisição de Alimentos é uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

políticas de habitação rural e à comercialização de sua produção, situação até então não alcançada por esses agricultores.

O Sistema Cresol possui o programa com os Agentes Comunitário de Desenvolvimento e Crédito, que foi criado em 2006, e tem como objetivo promover a participação de mais pessoas no processo de gestão das cooperativas singulares, bases regionais e Central. Os Agentes são agricultores familiares e nas comunidades onde vivem provocam o debate sobre temas importantes para o fortalecimento da Agricultura Familiar como o desenvolvimento local e o controle social. (CRESOL BASER, 2010)

Os Agentes fomentam discussões sobre o papel do crédito como instrumento para a construção de um sistema de produção sustentável para as unidades familiares de produção, com a adoção de tecnologias que possibilitem ao agricultor desenvolver seus projetos sem afetar o equilíbrio da natureza melhorando assim as condições de vida no campo. Para melhor desempenharem seu papel, os Agentes estão em constante processo de capacitação, e são o contato direto da cooperativa com os associados. No município de Cerro Azul existem 18 agentes comunitários, que realizam duas visitas por ano em cada propriedade referente ao Pronaf investimento e mais visitas para acompanhamento de outras políticas como o PAA, Merenda Escolar, etc.

Uma característica muito marcante do Sistema Cresol é a valorização que ele dá para a organização do agricultor, e onde ela se instala em seguida ocorre uma mobilização para trazer outras organizações, como a Coopaf e a Claf. Esse fato é observado em muitos outros municípios do Estado, o que confirma o potencial de mudança que pode ser promovido com o processo de organização social e reconhecimento da sociedade civil de seu potencial em mudar as suas realidades de forma coletiva e organizada.

Podemos ver esse fato no próprio exemplo de Cerro Azul, cujos agricultores durante anos venderam seu principal produto agrícola, a poncã, por preços muito baixos, sendo vendida em época de safra entre R\$0,80 a R\$1,00 a caixa com 30kg da fruta, ou seja, o valor quase nem compensava o trabalho que o agricultor tinha de retirar a fruta do pé.

A partir da organização social do agricultor em conjunto com as entidades do município, através da Coopaf, atualmente, estão conseguindo a caixa de poncã a R\$ 7,00 na época de safra, preço nunca antes alcançado. Neste processo está incluída a saída do atravessador da comercialização, que durante anos foi a única alternativa que os agricultores tinham de comercializar sua produção. Com a Coopaf eles conseguiram

adquirir um caminhão que faz parte desse transporte e conseguiram também barganhar com seus compradores para também venham até o município buscar a produção.

Através dessa organização os agricultores conseguiram ainda, em conjunto com o governo do Estado um projeto que irá instalar no município um despulpador o que irá colaborar muito na agregação de valor aos agricultores, pois a maior parte da comercialização é feita *in natura* e com essa pequena fabrica poderão fazer polpa de maracujá, laranja, pêssego, abacaxi entre outros.

Para o primeiro presidente da Cooperativa de Cresol de Cerro Azul e atual vice-prefeito e Secretário da Agricultura o Sr. João Carlos Hilmann que participou de todo esse processo afirma que:

“O ponto mais importante da Cresol é que ela não foi pensada somente como uma cooperativa para emprestar dinheiro, mais ela foi pensada, como um ator importante para o desenvolvimento do município. Até porque essas políticas como o PAA e de Habitação, economicamente, elas não dão lucro, dão mais prejuízo para a cooperativa, porém são essas políticas que colaboram e tem uma função social.”(João Carlos Hilmann, Sec. Agricultura de Cerro Azul, 2010)

Um relato de um agricultor da linha São Sebastião sobre esse período:

“Eu me tornei feliz depois que o Claudivino me apresentou a Aopa, Deser, Cresol, Fetraf, e me mostrou essa nova metodologia de trabalho, porque na época a Emater era muito forte aqui no Cerro e pra mim ela não criou liderança, criou dependência. Parecia que eu era um burro porque não estudei, não me formei e sempre tinha que estar lá perguntado o que eu tinha que fazer na minha propriedade. E com essa nova metodologia de trabalho eu me senti importante, senti que podia fazer parte e dar a minha parcela de contribuição e ter resultado e dar certo.”

Na entrevista com o Agente Comunitário de Desenvolvimento e Crédito, foi questionado, qual era para ele, a maior diferença no município depois da Cresol e sua resposta foi a seguinte:

“Olha isso foi um impacto muito grande na verdade....porque antes da Cresol até o ano de 2002, o repasse que se tinha de políticas públicas do Pronaf... era muito pouco. E o acesso é difícil porque não tinha no Cerro o Banco do Brasil como tem hoje. Quando a Cresol chegou ela já chegou atingindo aquele público excluído, que não tinha o que dar de garantia e com o aval solidário tendo como garantia a palavra da pessoa, que é o maior bem que a pessoa pode ter? E isso deu certo? E esse público pode estar tirando esse financiamento, um exemplo disso é

aquele agricultor que mora depois da ponte lá na comunidade Ribeirão Bonito do Chapéu sabe lá? Ele nem terra tinha, era só contrato de comodato e aí conseguiu pela Cresol financiamento pra comprar terra, hoje tem caminhão, carro, pra carregar a produção dele, pelo programa de habitação conseguiram construir a casaveja como mudou a vida dele e igual a esse temos muitos aqui no cerro....” (Agente de Desenvolvimento de Crédito da Cresol de Cerro Azul, 2009).

4.1 - A CRESOL CERRO AZUL EM NÚMEROS

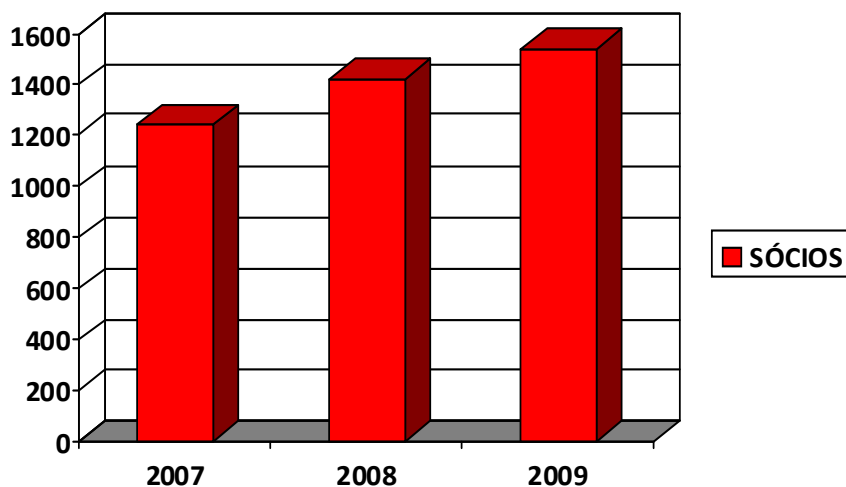
A Cresol de Cerro Azul possui atualmente 1.580 associados. Desses 280 são mulheres e 1300 homens (Figura 1). A cooperativa conta com 8 funcionários, sendo 2 caixas, 1 caixa do PAC – Postos de Atendimentos, 2 técnicos agrícolas, 1 auxiliar de administração, 1 auxiliar de serviços cooperativos, 1 zeladora.

A Cresol Cerro Azul conta com 3 mulheres na direção da mesma, sendo que por lei as cooperativas são obrigadas a possuir 1 mulher a cada três homens que integram a direção. Com relação aos jovens a cooperativa não possui um programa específico, porém através de políticas públicas como o próprio PRONAF os jovens podem ter acesso ao crédito rural.

A Secretária Executiva da Cooperativa é composta por: Adriano Briatori – Presidente, Anderson Board- Vice- presidente, Leo Gilliet – Secretário, João Carlos Hilman – Coordenador de Políticas setoriais e os Conselheiros: O Anderson Board, Elicéia Torcate, Orias Riva Vaz, Ademir Coutinho.

O Conselho fiscal da cooperativa é composto por: João Candido Braine, Adriane Agner, Daniel Martins, João Desplanches, Genivaldo Augusto Dos Santos, Loeli Dos Santos

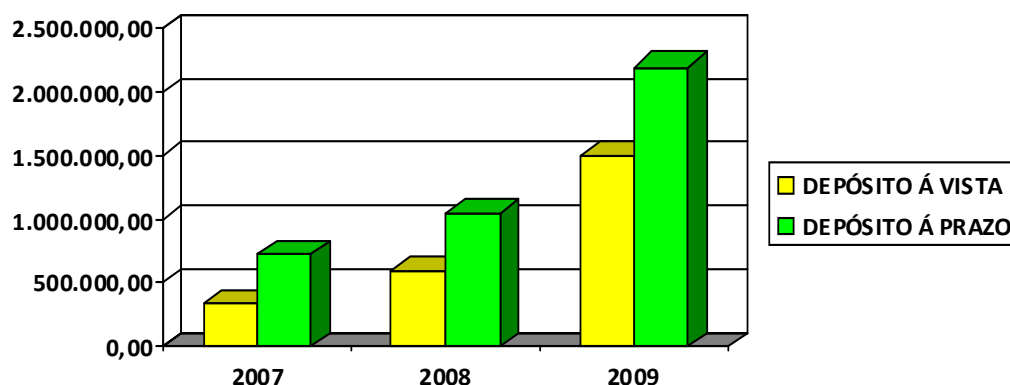
Figura 1 – Evolução do número de sócios da Cresol Cerro Azul.



Fonte: Cresol Cerro Azul /2009.

A Cresol Cerro Azul tem um importante montante de depósito a prazo num total de R\$2.500,000,00 (Figura 2). O que vem sendo uma característica do Sistema Cresol é incentivar os agricultores a poupar o dinheiro, pois esses recursos retornam em forma de crédito a outros associados que venham a necessitar de financiamento. Além disso, esse montante permanece no município, girando em sua economia.

Figura 2 – Evolução do montante de depósitos à prazo na Cresol Cerro Azul.



Fonte: Cresol Cerro Azul /2009

Esse valor significativo de depósitos tem como explicação uma mudança de mentalidade, no sentido de ensinar o agricultor a fazer poupança, mesmo em pequenos valores. O importante para a Cresol foi criar o hábito do agricultor guardar todo mês R\$20,00 ou R\$50,00, pois muitas vezes quando chega a época de pagar o financiamento a pessoa já possui o dinheiro, que para a cooperativa é uma forma importante de baixar o índice de inadimplência e ter liquidez. Nas entrevistas aos agricultores, quando questionados sobre o que achavam sobre essa proposta da cooperativa, a maioria das repostas foram positivas, como essa de um agricultor da comunidade de Ribeirão Bonito do Chapéu:

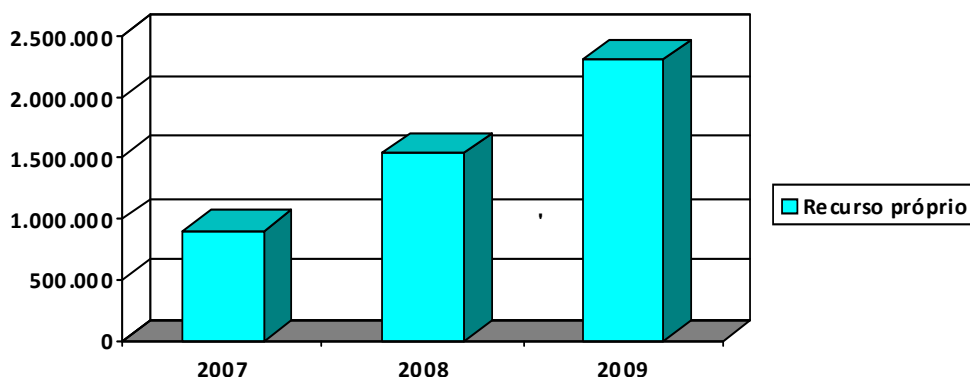
“...Olhe é uma coisa boa, porque “nois” não tinha o costume de guardar, muitas vezes não sobrava mesmo, mais aí o pessoal da cooperativa falou da importância pra “nois” porque se acontece alguma coisa com a família, com os bichos e mesmo pra

pagar o financiamento, “nois” temo um dinheirinho pra ajudar...”.

A partir das respostas podemos observar que certamente para a cooperativa é algo muito interessante financeiramente, pois garante a sua liquidez. E os agricultores também estão aprovando, se sobrou algum dinheiro coloca-se na poupança, porém todos acham que é uma forma de se educar a fazer a poupança.

A Cresol de Cerro Azul possui ainda um montante de R\$2.500.000,00 de recursos próprios (Figura 3) e com esse recurso a cooperativa busca atender as demandas do seu quadro social, para a implantação e desenvolvimento de atividades não financiadas com recursos oficiais, como para complementar as atividades financiadas com recursos oficiais. A cooperativa oferece os seguintes serviços com esse recurso: Crédito Investimento; Crédito de Custeio Agropecuário; Crédito Pessoal e Créditos sociais ou conveniados.

Figura 3- Evolução de recursos próprios da Cresol Cerro Azul



Fonte CRESOL CERRO AZUL /2009

Foi observado um alta inadimplência da Carteira própria da Cresol de Cerro Azul. Do montante da carteira, que foi de 7,5 milhões de reais no ano de 2009, houve 14% de inadimplência. Esse alto índice de inadimplência diz respeito a um ano difícil para os agricultores e para a região, pois foi também um ano atípico com relação às variações climáticas, que afetaram a produção de frutas, em especial a poncã, principal cultura econômica do município e da região, que foi produzida fora dos padrões que o mercado exige.

Cerro Azul teve uma evolução bastante significativa no acesso ao crédito rural, como pode ser observado no Quadro 1. É importante lembrar que o município de Cerro

Azul não possuía uma agência bancária há 17 anos, pois em 1993, o Banco do Brasil chegou a abrir uma agência em Cerro Azul, mas com a mesma não estava conseguindo cumprir as metas propostas, foi fechada, voltando a reabrir no ano de 2002, mesmo ano em que a Cooperativa Cresol foi fundada no município. Essa situação colaborou para o aumento do acesso ao crédito, pois antes disso quem deseja-se adquirir o financiamento tinha que se deslocar até o município de Rio Branco do Sul, e considerando-se o processo burocrático, havia necessidade de inúmeras viagens ao município vizinho, o que desestimulava a maioria das famílias, devido aos custos e atrasos que ocorriam.

Quadro esse que mudou completamente com a Cresol e até do Banco do Brasil na sequencia, pois é só o agricultor ir até a cidade, uma grande facilidade e comodidade.

Quadro 1 – Evolução do acesso ao crédito rural no município de Cerro Azul.

Ano	CUSTEIO		INVESTIMENTO	
	Contrato	Montante	Contrato	Montante
1999/2000				
2000/2001				
2001/2002	4	6.992,00	1	14.000,00
2002/2003	223	311.361,04	53	195.050,00
2003/2004	542	1.083.338,13		
2004/2005	570	1.147.667,31	181	585.455,50
2005/2006	573	1.367.044,51	42	141.369,99
2006/2007	1.064	2.968.955,25	151	464.408,41
2007/2008	1.980	1.986.360,23	75	759.673,83
2008/2009	1.018	2.815.285,73	87	2.176.599,91
2009/2010	691	2.213.894,37	8	152.295,50

Fonte: www.pronaf.gov.br acesso fevereiro de 2010. Dados referente a 2009/2010 em processamento.

Segundo o atual presidente da Cresol, o Banco do Brasil tem se aproveitado em muito da organização e do habito que a Cresol criou com os agricultores em acessar o financiamento em grupos através do aval solidário. O que vem ocorrendo e preocupando muito a Cresol, pois:

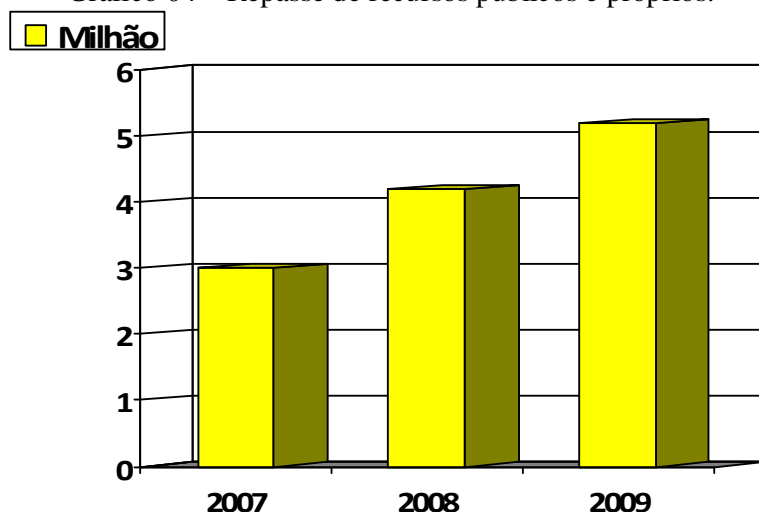
“...Isso preocupa a gente aqui na cooperativa, pois tem produtores com um pouco mais de recursos que fazem grupos e estão pegando valores altos como 70 e/ou 80 mil cada e um é avalista do outro, ou seja, se um deles der calote quebra todo o resto. E como isso vem ocorrendo muito, temos medo que isso prejudique todos os outros agricultores, porque se o município está inadimplente, os recursos são cortados para todo o município

e o Banco do Brasil não se preocupa muito, apenas libera o valor e seja como for.....diferente daqui (cooperativa), a gente acompanha os agricultores e sabemos até onde podemos ir nos empréstimos, porque conhecemos os agricultores, sua propriedade e produção, temos medo de ficar sem crédito por situações pouco certas como essa...” (ADRIANO BRIATORE, presidente da Cresol, 2009).

Como podemos observar existe esse conflito com o Banco do Brasil que possui uma relação meramente comercial com seus clientes.

Na Figura 4 é possível verificar a evolução do repasse de recursos governamentais e próprios operacionalizado pela Cresol Cerro Azul, sendo no último ano um montante de 5 milhões de reais. Esse montante é um valor significativo, que entra no município, pois o orçamento municipal anual é em torno de 20 milhões de reais, ou seja, temos o que corresponde a um quarto do orçamento municipal a mais no município que entra através da Cresol, sendo um dinheiro que movimenta todos os setores econômicos do município.

Gráfico 04 – Repasse de recursos públicos e próprios.



Fonte: CRESOL CERRO AZUL/2009.

No Quadro 2 observamos em que áreas e montantes de valores foram investidos os recursos do Pronaf investimento. É possível verificar que a cadeia produtiva que está sendo mais incentivada pelos agricultores é a produção de frutas, em especial citrus, pois é a principal atividade agrícola e econômica do município. Em segundo lugar aparece a cadeia leite, com investimento em novilhas para cria, que também é algo forte no município e na região. Há também investimentos em barracão para beneficiamento de frutas. As redes para a produção de maracujá têm também recebido atenção dos

agricultores.. Isso demonstra que a economia do município tem se fortalecido no entorno das frutíferas, que devido ao clima e temperatura se adaptam bem.

Quadro 02 - PRONAF INVESTIMENTO 2008- 2009 no município de Cerro Azul

PROJETO	Unid.	VALOR R\$
Trator	5	257.250,00
Mudas De Citrus	186.000	465.000,00
Novilhas Para Cria	239	380.800,00
Barracão para Beneficiamento	9	144.000,00
Rede de Maracujá	14	110.000,00
Rede de Uva	3	35.000,00
Conj. Irrigação	5	46.000,00
Roçadeira	8	12.500,00
OUTROS	-	30.000,00
TOTAL		1.480.000,00

Fonte: CRESOL CERRO AZUL/2009.

A Cresol Cerro Azul possui um custo mensal de R\$50.000,00 em despesas com pessoal, sistema financeiro e despesas gerais. Possui um resultado operacional de R\$ 25.000,00 e um resultado acumulado de R\$ 83.700,00 mensal. Segundo informação do diretor da Cresol é um custo relativamente baixo se compararmos com um banco tradicional.

A cooperativa além dos serviços financeiros de repasse oferece os seguintes serviços aos seus associados: Crédito, Cartão, Recarga Celulares, Pagamentos aposentados e Seguros de vida e de bens.

Na questão de formação e/ou capacitação a cooperativa possui: formação de agentes comunitário de desenvolvimento, Curso de Qualificação Profissional com ênfase na Gestão do Cooperativismo, Curso extensão pós-graduação em Gestão do Cooperativismo Solidário através da Unioste (Universidade Estadual do Oeste Paranaense), e a participação efetiva nos Eventos de Formação oferecida pela Base/Central.

Como entidades parceiras a Cresol conta com as Associação de Produtores Comunitários, Coopafi, Associação Sindical, Sindicato, Poder Público, Iapar, Emater, Conselhos municipais, Fóruns Municipais. Com essas parcerias a Cresol consegue chegar

num maior número de agricultores, e juntas conseguem mais acesso às políticas públicas. E também cada uma dentro da sua especialidade, faz o máximo que pode, porém juntas, trabalhando em parceria conseguem benefícios que sozinhas seriam muito difícil.

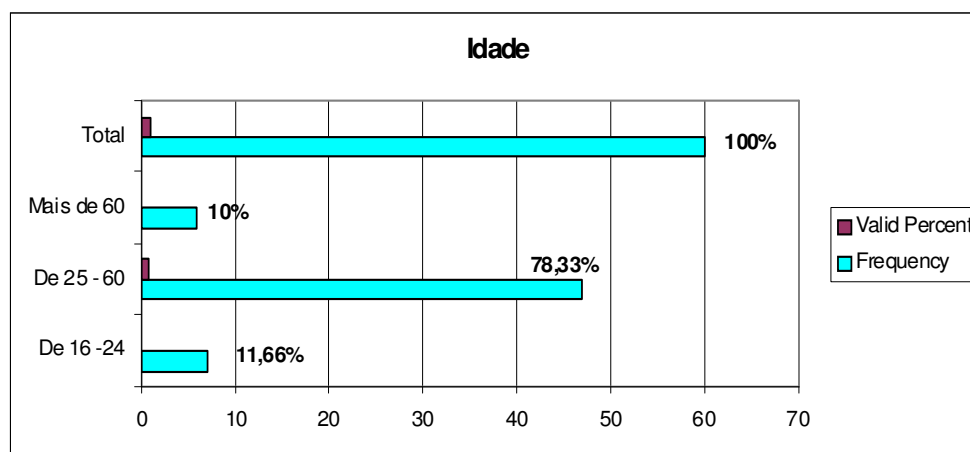
Através dos conselhos da Cresol de Cerro Azul se chegou a alguns desafios que a cooperativa deve enfrentar no decorrer do ano, entre eles estão: redução da inadimplência que está em 14%; melhorar e ampliar a sua rede de Produtos e Serviços; organizar-se para poder vencer a concorrência e conflitos com o Banco do Brasil; elevar o Capital Social da cooperativa; ampliar e melhorar o atendimento de Ater (Assistência Técnica), aos seus associados, como na definição e acompanhamento do modelo produtivo escolhido pelo agricultor no ato do financiamento.

Como oportunidades foram elencadas as seguintes questões pelo conselho da cooperativa: Crescimento e ampliação de número de sócios e números financeiros; realização de parcerias favoráveis com as outras instituições que trabalham no meio rural do município; diversidade da carteira/produção, dando assim mais alternativas aos agricultores; acesso as políticas públicas facilitado, sem muita burocracia; incentivo a agricultura ecológica.

Foram realizadas um total de 30 entrevistas com agricultores familiares, associados a Cresol de Cerro Azul, sendo 18 homens e 12 mulheres em diferentes comunidades como: São Sebastião, Bomba, Ribeirão Bonito do Chapéu, Lageado da Barra Bonita, Ribeirão do Veado, Cabeceira Ribeirão do Veado, Mato Preto e Anta Gorda. Foi utilizado um questionário fechado e algumas perguntas abertas. As entrevistas foram realizadas nos meses de janeiro e outubro de 2009. Para análise de alguns dados utilizamos o software Estatístico das ciências sociais - *SPSS Statistical Package for the Social Sciences*. Na sequencia iremos apresentar a pesquisa a campo.

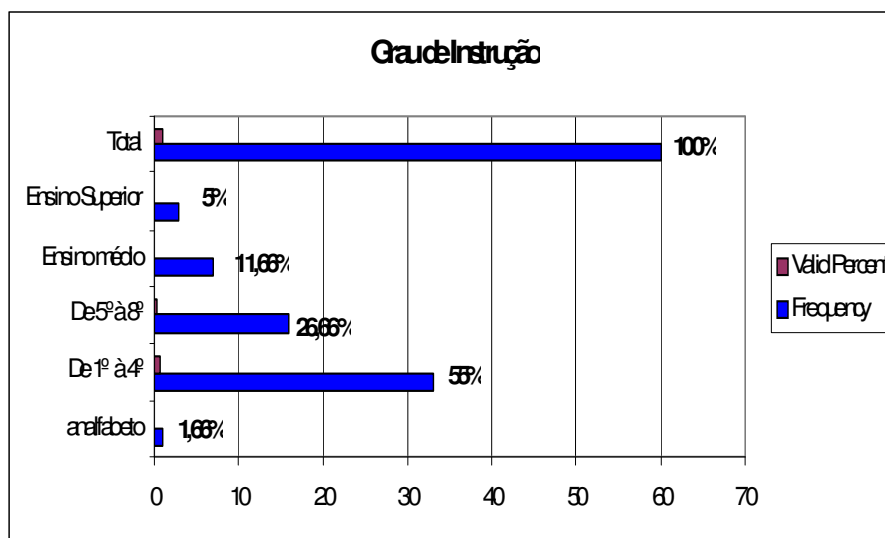
Com relação à idade dos entrevistados (Figura 5): 11,66% da amostra possuem entre 16 – 24 anos; 78,33% entre 25 -60 anos idade, que são responsáveis pela viabilização da renda familiar, pois estão em idade produtiva e 10% com mais de 60 anos, são aposentados e sócios da cooperativa e em alguns casos ainda fazem os financiamentos.

Figura 5: Distribuição dos entrevistados de acordo com a faixa etária.



Com relação ao grau de instrução (Figura 6) 1,7% é analfabeto; 55% estudou de 1º até a 4ª 26,7% estudou de 5ª à 8ª; 11,7% possui o ensino médio temos e 5% possui ensino superior. 5%. Considerando-se o município de Cerro Azul se localiza em uma região muito carente do Estado, o índice de apenas 1,7 numa região carente encontramos apenas 1,7% de analfabetos pode indicar um aspecto positivo

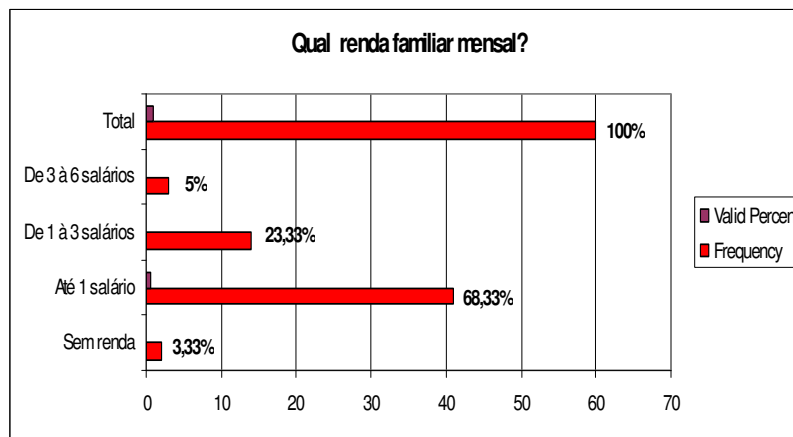
Gráfico 06: Distribuição dos entrevistados de acordo com a escolaridade



Com relação à renda familiar mensal da propriedade como um todo, contando aposentadoria quando ocorrer, auxílio do governo e salário e tivemos as seguintes respostas: 3,33% diz não possuir renda mensal, vive apenas com o que consegue produz na propriedade; 68,33 % ganham até um salário mínimo mensal, para sustentar a casa,

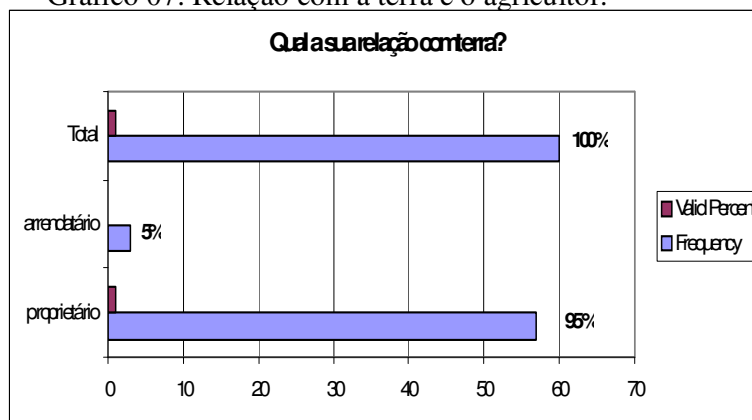
propriedade e a família; 23,33% recebem de 1 até 3 salários mínimos e 5% recebem de 3 à 6 salários mínimos. Como podemos observar na organização da pesquisa tentamos mapear agricultores de todos os tamanhos e rendas, para que a nossa pesquisa tivesse todas as opiniões. É possível observar que a maior parte dos agricultores do município ganham até um salário mínimo, o que é uma renda baixa quando pensamos em famílias com no mínimo 4 integrantes. Porém é importante considerar que no meio rural se produz itens básicos de subsistência como os hortifrutigranjeiros, carne, leite, ovos e outros, são produtos que o agricultor não necessita comprar.

Figura 6: Renda familiar mensal.



Com relação com a terra (Figura 7) 95% dos entrevistados eram proprietários da terra e apenas 5% arrendatários, o que nos mostra que é uma região de agricultores proprietários, onde os agricultores já conseguiu adquirir sua própria terra para viver e plantar.

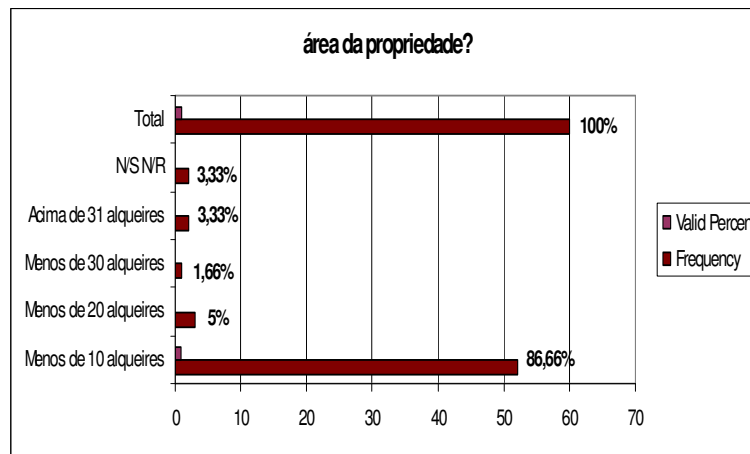
Gráfico 07: Relação com a terra e o agricultor.



Com relação ao tamanho da propriedade, a figura foi elaborada na medida de alqueires, por ser mais normalmente utilizado, porém cada alqueires equivale a 2.42 hectare (Figura 8) a maioria, ou seja, 86,7% possui menos que 10 alqueires de terra, 5%

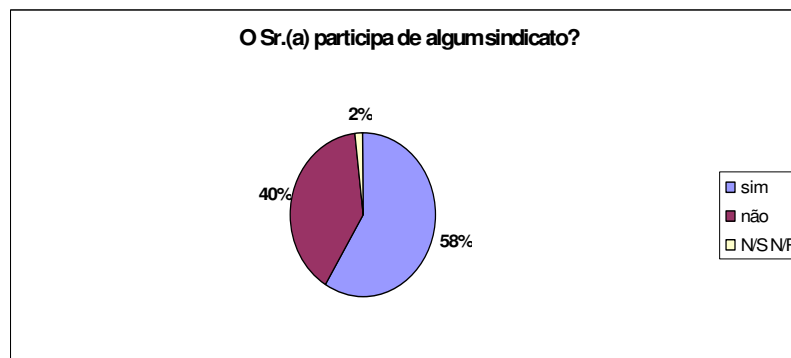
possui menos de 20 alqueires; 1,7% com menos de 30 alqueires e 3,3% possui mais de 31 alqueires.

Figura 8: Área da propriedade.



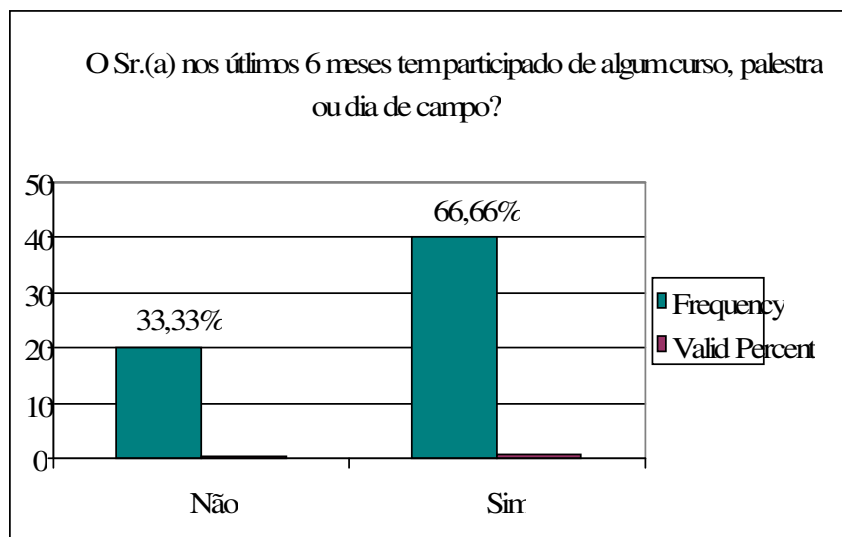
Para sabermos qual a dinâmica de encontros, reuniões no meio rural de Cerro Azul e principalmente entre os associados e à cooperativa, foi perguntado sobre a participação em sindicatos e do total de entrevistados 59% participam do Sindicato, e 40% não participam e apenas 2% não sabem ou não responderam (Figura 9). Notamos que pouco mais da metade dos agricultores estão ligados ao sindicato, o que é um índice relativamente bom, pois indica que os agricultores estão organizados e

Figura 9: Participação de Sindicato.



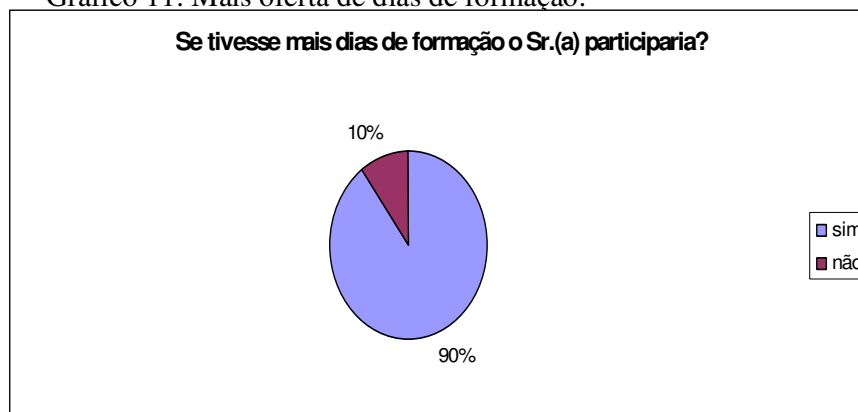
Com relação à participação em eventos de formação nos últimos seis meses (curso, palestra, dia campo, dia formação) 66,7% da amostra participaram de alguma atividade e 33,33% não participaram de nada nos últimos 6 meses (Figura 10). Notamos a partir desse gráfico que existe uma dinâmica no meio rural de Cerro Azul.

Figura 10: Participação social em eventos de formação.



Ainda sobre dias de formação, dia de campo, palestras, cursos, perguntamos se tivesse mais desses cursos de formação na comunidade onde o agricultor se encontra, se ele participaria mais e tivemos que 90% dos entrevistados responderam afirmativamente, porque ficaria fácil, e não teriam que ir até a cidade. 10% não iriam participar por motivos da idade, dificuldade de locomoção mesmo até a comunidade ou por não terem interesse.

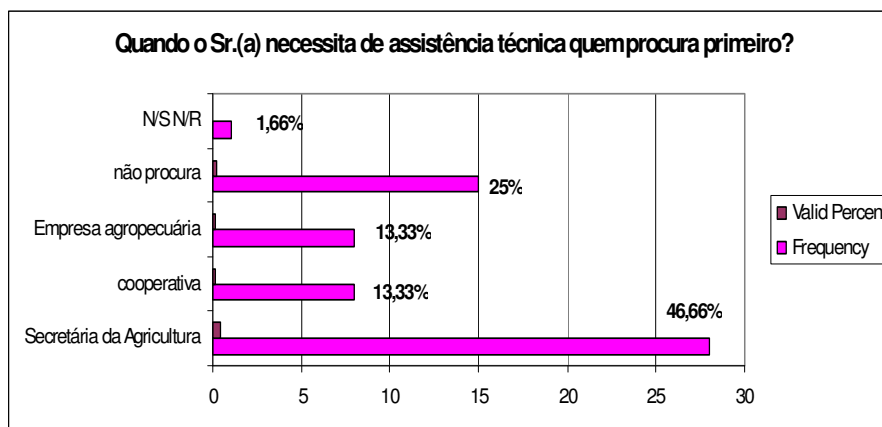
Gráfico 11: Mais oferta de dias de formação.



Quando questionados sobre assistência técnica aos entrevistados, quando eles necessitam do auxílio de algum profissional como o agrônomo, veterinário ou mesmo técnico agrícola onde ele ia procurar primeiro, 46,7% procura a Secretária da Agricultura municipal, 13,3% procuram a Cresol 13,3% procuram as agropecuárias e 25% não procuram ajuda. O índice de apenas 13,33% procurar os técnicos da Cresol, se deve em parte aos trabalhos dos Agentes Comunitários de Desenvolvimento e Crédito que passam

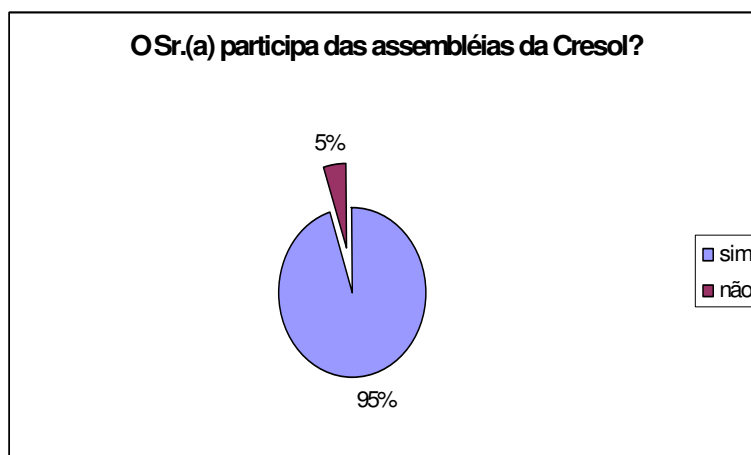
nas propriedades com frequência, esses nem sempre são técnicos agrícolas ou possuem outra formação, porém fazem essa ponte, entre os agricultores e os profissionais, além de que os técnicos agrícolas da Cresol também ficam a maior parte do tempo nas propriedades. Outra informação importante é que 25% não procuram auxílio, o que pode ser causado por dois motivos, o primeiro seria a questão cultural, a falta de hábito de ir procurar ajuda, quando se tem necessidade. E a segunda que ainda o município e as entidades têm um déficit de acompanhamento técnico as propriedades, sendo necessário pensar em um plano de ater para sanar esses 25%. O que o município e as entidades ligadas ao meio rural poderiam estar pensando é em elaborar um Plano de Ater Municipal para Cerro Azul, criando um fundo de Ater onde a prefeitura e as entidades pudessem depositar uma quantidade de seus orçamentos para ser usado exclusivamente para a Ater municipal, dessa forma em conjunto as entidades ganham mais força e por consequência recursos, fato esse que já ocorre em outras regiões do Paraná como por exemplo no Sudoeste.

Figura 12: Assistência Técnica.



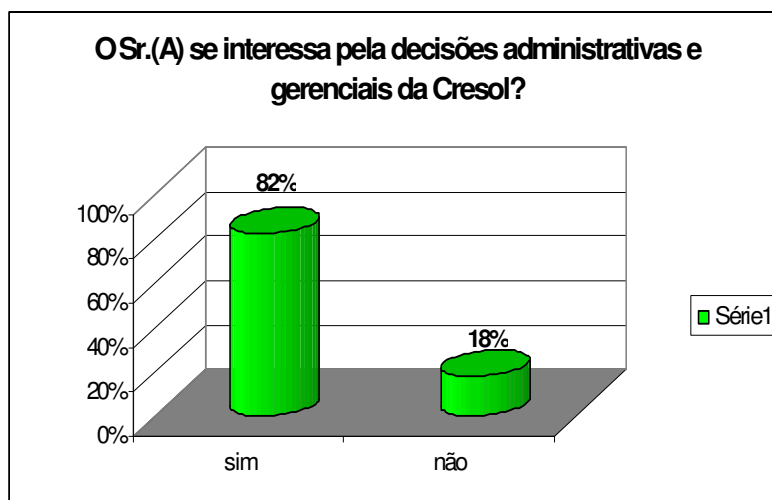
Quando perguntamos aos agricultores se os mesmos participavam das assembléias da Cresol obtivemos que 95% participam das assembléias e apenas 5% não participam, notamos que esse índice é ótimo, pois a assembléia é o evento principal entre a cooperativa e seus associados, porque é nela que discute o futuro da cooperativa, os investimentos, os caminhos que a mesma deve seguir. É também o momento que o associado tem voz para reclamar, opinar e sugerir, além de ser um momento único de estreitamento das relações sociais.

Figura 13: Participação de Assembléias da Cresol Cerro Azul.



Com relação ao interesse pelas decisões administrativas e gerenciais da Cresol 82% se interessa e 18% não se interessa (Figura 14). Os que não participam, justificam que não entendem muito bem como isso ocorre e nem o contexto da situação que as vezes a cooperativa enfrenta, por isso deixa na mão de quem esta lá, fez formação, esse tipo de decisão. O índice de 82% de interesse é sem dúvida positivo, pois demonstra que pelo menos ocorre interesse do agricultor nessas decisões que são importantes para a cooperativa e por consequência pra ele.

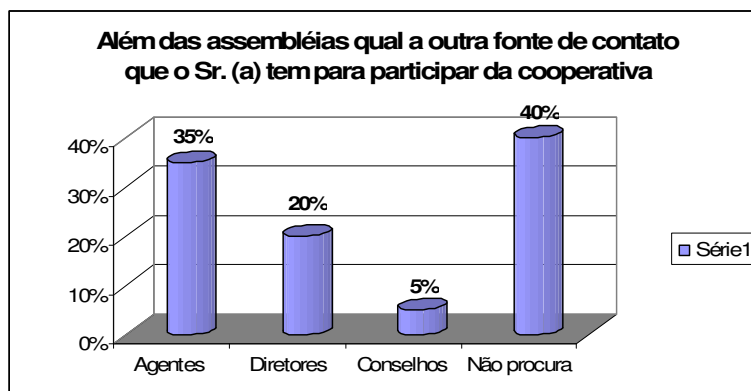
Gráfico 14: Interesse em decisões administrativas e gerenciais.



Sobre as maneiras utilizadas pelos associados para interagirem com a Cresol para ficar sabendo sobre os assuntos da cooperativa, e dar opiniões, dicas, enfim participar da cooperativa, além das assembleias: 35% se utiliza dos Agentes Comunitário de

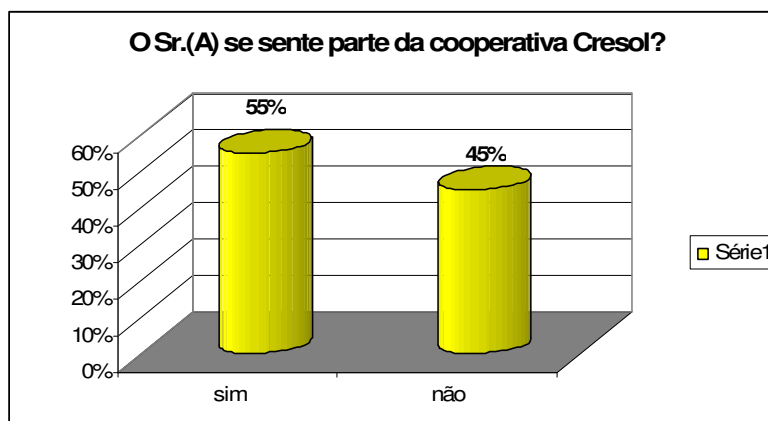
Desenvolvimento e Crédito, 20% procura os diretores da cooperativa, 5% vai as reuniões dos conselhos da cooperativa, que ocorrem com uma frequência mensal e 40% não tem contato com a cooperativa além das assembleias, o que é um índice alto, pois as assembleias é normalmente uma formalidade, não se faz controle social da cooperativa através das assembleias. (Figura 15

Gráfico 15: Outras formas de contato com a cooperativa.



Perguntamos aos entrevistados se o mesmo se sente parte da cooperativa, se suas sugestões, dicas e opiniões são respeitadas pela direção e que 55% diz que sim se sente parte da cooperativa, e 45% não, pois nem sempre é atendido em suas reivindicações e opiniões. Com essa informação notamos que existe um conflito entre os agricultores e a cooperativa, pois é alto o índice de agricultores que não se sente parte da cooperativa, considerando que é um dos itens que a cooperativa diz prezar tanto a relação de proximidade com seus associados. Notaremos na sequencia alguns dos possíveis motivos para esse conflito.

Figura 16: Integrado com a cooperativa.



O Sistema Cresol passou a integrar o Sistema Nacional Financeiro (SNF), no ano de 2008 e a partir de então começou a ter que responder a uma série de novas exigências. O SNF representa um conjunto de agentes que se dedicam ao trabalho de propiciar condições para a manutenção de um fluxo de recursos entre poupadores e investidores, isto é, é um órgão regulador, fiscalizador e operador de movimentos financeiros intermediando agentes dispostos a captar recursos e agentes dispostos a emprestar. Por exemplo, as instituições financeiras captam recursos de poupadores dispostos a investir naquelas instituições (operação ativa), e por sua vez estas mesmas instituições financeiras emprestam para pessoas que necessitam do dinheiro (operação passiva), toda esta movimentação é feita pelos órgãos pertencentes ao SNF. (BCB, 2010)

O crescimento do Sistema Cresol e esse ajustamento que o sistema teve que fazer para se adequar ao SNF fez com que ocorresse um aparente distanciamento da direção com relação a “base”, ou seja, com relação aos agricultores, aos movimentos sociais que a fundaram. “... Agora é diferente já não temos mais as reuniões e encontros que tínhamos para criar a Cresol de Cerro, é um grupo que decide se quer ou não a Cresol no município, isso é ruim, porque as pessoas não assumem como coisa delas ...por isso que tem várias fechando...” Agricultor, 45 anos, Comunidade Cabeceira do Ribeirão do Veado. Está é uma questão que usualmente ocorre porque a complexidade exige um corpo mais técnico, mais preparado, para dirigi-la, pois a burocracia especializada vai além das habilidades que o agricultor usualmente tem. Esse fato é refletido na análise de informações, como as de que 45% dos agricultores não se sentem parte da cooperativa, e que 40% que não tem acesso a cooperativa, além das assembléias. Notamos que de certa forma, e em algumas situações as decisões na cooperativa estão sendo tomadas de forma isolada dos agricultores, pois a cooperativa necessita se adequar às regras do Sistema Financeiro para continuar atuando e conseguindo recursos para oferecer ao agricultor. O que a cooperativa fez em relação a isso foi aumentar o número de agentes comunitários de desenvolvimento e crédito, pois acredita que dessa maneira mantenha a proximidade com seus associados.

Com relação à estrutura física, a Cresol também teve que se adaptar. As cooperativas tomaram forma dos bancos comerciais, com estruturas maiores, portas giratórias em todas as suas singulares, porta essa que tem um alto valor, onde mesmo

pequenas cooperativas tiveram que aderir para continuar atuando. No ano de 2009, foi um ano difícil para o Sistema Cresol, pois com as novas exigências e a crise que ocorreu tanto na agricultura devido a intempéries do tempo, como pela crise imobiliária americana, fizeram com que muitas cooperativas tivessem problemas financeiros, e como resposta o Sistema resolveu aglomerar mais as cooperativas e formar os PACs que necessitam de estruturas bem mais enxutas. Em 2007 o Sistema possuía 73 cooperativas e 40 Pacs, e em 2009 possuía 76 cooperativas e 168 Pacs, sendo que até 2007 eram criadas em média de 10 cooperativas por ano.

A entrada do Sistema Cresol no SFN foi positivo no sentido de acesso a mais recursos financeiros com menos intermediários, porém fez com que a mesma se distanciasse da sua base social, da qual a mesma era fortemente ligada, e diminuiu sua expansão e por consequência o número de agricultores que poderiam ser beneficiados com o acesso ao crédito rural, como ocorreu no Vale do Ribeira.

Ocorre atualmente, uma tensão entre a cooperativa e os agricultores, ligadas a essas mudanças que ocorreram com a entrada da cooperativa no SFN e não apenas por isto. Aparentemente, são questões que poderiam ser mais discutidas entre diretoria e agricultores, na busca de consenso entre a importância ou não de se integrar ao sistema financeiro, ou mesmo que dentro das possibilidades que o sistema exige, conseguir manter um máximo de participação dos agricultores nas decisões. No entanto, essa tensão reflete-se como uma consequência natural no processo de modernização e crescimento da instituição, o relevante na resolução é os interesses que a cooperativa vai estar seguindo, ou entra totalmente na lógica do mercado, ou se adapta as necessidades de seu público criando alternativas e estrutura para atender –lô.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Cresol de Cerro Azul na região do Vale do Ribeira, que foi analisada nessa dissertação, foi criada através de um intenso processo de mobilização dos agricultores e das entidades ligadas ao meio rural, o que caracterizou-se como conquista social para uma região historicamente carente do Estado do Paraná.

A hipótese central desse trabalho é: A Cresol criou impactos positivos aos agricultores familiares, bem como ao município e à região foi confirmada, pois a mesma representa uma alternativa econômica aos seus associados, na medida em que fortalece e viabiliza as unidades e sistemas de produção familiar.

Os associados da Cresol de Cerro Azul são em sua maioria agricultores familiares, cuja principal atividade econômica é a produção de poncã e outras frutíferas, além de cultivo de feijão, mandioca, milho, carne entre outros, para a subsistência familiar. São agricultores que tiveram acesso ao financiamento rural pela primeira vez através da Cresol e das facilidades e incentivos que o governo federal possibilitou a partir do ano de 2008/2009.

Ao longo do trabalho foi possível observar que a Cresol tornou-se uma importante alternativa econômica e social para as unidades de produção familiar do município e da região abrangente, pois colaborou no aumento da renda dos agricultores e no acesso à políticas públicas que auxiliaram no aumento da qualidade de vida desse agricultor e de sua família, como as políticas de comercialização e de habitação rural.

A mobilização social local foi fundamental na constituição da Cresol. Mobilização por parte dos agricultores, que saíram de uma história de abandono, carência e falta de acesso as políticas públicas e, mobilização por parte das entidades representativas da categoria e das ONGs, que juntas conferiram legitimidade para representar os interesses e atender as demandas dos seus associados. A Cresol em Cerro Azul causou impactos positivos aos agricultores familiares do município, verificados através do aumento significativo de acesso ao Pronaf, da criação de alternativas para a comercialização da produção, principalmente dos citrus, aumentando assim a renda ganha pelo produtor e acesso à políticas públicas nas três esferas. Numa região como a que o município se encontra é algo significativo, pois até então esse conjunto de fatores favoráveis não tinha ocorrido.

A organização social do município foi também um dos fatores que colaboram nesse impacto, pois as pessoas estavam desacreditadas, sem esperanças e com a chegada de Claudivino e das organizações sociais como, sindicatos, partidos políticos, organizações não governamentais, elas puderam voltar a acreditar que as coisas poderiam melhorar. E isso se tornou realidade, permitindo que, atualmente, a maioria tenha acessos a conquistas inimagináveis há menos de 10 anos atrás. As pessoas organizadas começaram a usar dos meios que dispunham para mudar a realidade na qual as mesmas estavam e assim estão conseguindo atingir objetivos há tempos almejados.

Notamos que alguns pontos que foram apenas levantados nessa dissertação, merecem mais atenção e estudo, ou seja, necessitam serem melhores pensadas e analisadas, o que certamente viabilizam futuros estudos na região. Entre esses pontos podemos elencar:

- A tensão existente entre a cooperativa e os agricultores, ligados às mudanças necessárias à adaptação do Sistema cresol ao SFN. Essa tensão, porém, reflete possivelmente a necessidade de maior diálogo entre diretoria e agricultores na busca de uma solução que permita conseguir manter um máximo de participação dos agricultores nas decisões. Essa tensão é vista como uma consequência natural no processo de modernização e crescimento da instituição.

- Como a cooperativa Cresol, trata dos conflitos com relação às outras entidades que buscam o desenvolvimento local de Cerro Azul;

- Quais as relações entre a cooperativa e os bancos comerciais no município, na existência de conflitos e solução dos mesmos;

- Quais as disputas existentes entre as entidades que oferecem crédito rural? Como a Cresol trata essa questão?

- Atuação da cooperativa na área técnica agrícola, a escolhas e incentivos de modelos de desenvolvimento;

- Analisar o tratamento da cooperativa na análise de crédito aos mais pobres e miseráveis.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. (org.). **Laços financeiros na luta contra a pobreza**. São Paulo: Annablume; FAPESP; ADS/CUT; SEBRAE, 2004a. 246p.

_____. **Agricultura familiar y desarrollo territorial**. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/2002/Agricultura%20familiar%20y%20desarrollo%20territorial.pdf>. Acesso em: 24 set. 2003b.

_____. Microcrédito e desenvolvimento territorial. **Cadernos da Oficina Social**, Rio de Janeiro, Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania, n.11, p. 121-142, 2002. Disponível em: <<http://www.coeprasil.org.br/oficinasocial/cadernos3.asp>>. Acesso em: 07 jan. 2005.

_____. Inovações financeiras para uma economia solidária. **Gazeta Mercantil**, Brasília, 31 ago. 2000a. p. A-3.

_____.; VEIGA, José Eli da. **Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar – Pronaf**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. Texto para discussão n.641.

_____. **Transformações da vida camponesa: o sudoeste paranaense**. 1981. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação do Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

BCB. BANCO CENTRAL DO BRASIL. <http://www.bcb.gov.br/> 2010

BEBBINGTON, Anthony. *Capitals and Capabilities. A Framework for Analysing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty in the Andes*. London: IIED-DFID, Policies that Work for Sustainable Agriculture and Regenerating Rural Economies, January 1999, 54 p.

BÚRIGO, Fábio Luiz. **Desafios e potencialidades das instituições financeiras locais**. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE MICROCRÉDITO, jul. 2007, Blumenau.

_____. **Cooperativa de crédito rural: agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** 1999. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em agrossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

_____. Cooperativas de crédito rural – uma opção para democratizar o financiamento rural. In: SEMINÁRIO A AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL, 1997, Jaguariúna (promovido por MAA/EMBRAPA/FIDA-CIARA).

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; REZENDE, Valéria. **Introdução ao microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65p

BRUSKY, Bonnie; FORTUNA, João Paulo. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades**. Disponível na Internet: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/microfin/01livreto.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2003.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. ABRAMOVAY, Ricardo. Inovações institucionais no financiamento à agricultura familiar: o Sistema Cresol. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL, II, mar. 2001, Campinas. **Anais...** Campinas: IE/UNICAMP, 2001. 1 CD-ROM.

BIANCHINI. V. *O Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar no Vale do Ribeira –Paraná*. Tese de doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente MADE/UFPR, Curitiba-PR, 2009. Mimeografado.

BRUM. A. J. *Modernização da Agricultura: Trigo e Soja*. Editora Vozes. Petrópolis – RJ, 1988.

CARTILHA de Cooperativas de Crédito, 2002 em <http://www.bcb.gov.br/>

CAZELLA, Ademir Antônio. Cooperativismo de crédito rural: lições de uma experiência. In: MONTOYA, Marco Antônio (org.). **Aspectos regionais do crédito rural**: governo, cooperativas e informalidade. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 25-46.

_____; FRITZEN, Sérgio. Programa de promoção do cooperativismo de crédito rural entre as unidades familiares de produção agrícola. In: SEMINÁRIO DE CRÉDITO RURAL 1996.

CORADINI, Odacir Luiz; ANTOINETTE, Fredericq. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

COOPERATIVO: perspectivas e desafios, 1996, Florianópolis. **Coletânea dos trabalhos...** Florianópolis: CEPAGRO, CCA/UFSC e SICREDI/SC, 1996.

CRESOL BASER. **Boletim informativo do Cresol**. Francisco Beltrão, Cresol Baser, mai./nov. 2001. www.cresol.com.br

CRESOL. COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA. <http://www.cresol.com.br/site/> 2009/2010.

COOPERATIVISMO DE CRÉDITO.

<http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoBrasil.php> Acesso Dez/2009.

FAUTH, Elvin Maria. O desempenho da agricultura gaúcha e a política econômica nos anos oitenta. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, FEE, v.12, t.1, 1991 in Schröder. M. *O Cooperativismo de Crédito Rural em Santa Catarina: Possibilidade e Limites de uma alternativa para a Agricultura Familiar*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, Campinas –SP, 1998.

FRANCO, Homero M. Surgem em SC os banqueiros-agricultores. **Agropecuária Catarinense**, Florianópolis, EMPASC, v.02, n.03, p.51-53, set. 1989.

GRAZIANO. J. S. **A Nova dinâmica da Agricultura Brasileira**. 2º edição revisada. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

GOODMANN, D. **Da Lavoura às Biotecnologias: Agricultura e indústria no Sistema Internacional**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

HALL. A. D. **Reflexões a partir da experiência do Sistema.** CRESOL Out/2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico da cidade de Cerro Azul.**
http://www.ibge.gov.br/cidadesat/historicos_cidades/historico_conteudo.php?codmun=410520 Acessado em janeiro de 2010.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário. 2005**
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/default.shtm>

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário. 2006** http://www.ibge.gov.br/graficos_dinamicos/censo_agro/default.htm

IPARDES. INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL. <http://www.ipardes.gov.br/index.php>. 2009

JORNAL A FOLHA DO VALE. <http://www.cerroazul.tur.br/index.htm> 2000

LANNOY. C. **A origem de uma inovação organizacional.** Fev/2006. Em <http://www.cresol.com.br/site/?pagina=48&modulo=Publicações>. Acessado em 02/05/09

LATTUADA, Mario José; RENOLD, Juan Maurício. Aspectos teóricos y metodológicos en el análisis de la organización cooperativa agropecuaria. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL*, VI, nov. 2002. **Anais ...** Porto Alegre: ALASRU/UFRGS, 2002. 1 CD-ROM.

_____. Morfologia institucional y discurso en el cooperativismo agropecuario. **Estúdios Sociales**, v. 8, n. 15, p. 91-116, 2º semestre 1998.

LATTUADA, Mario José; RENOLD, Juan Maurício. Aspectos teóricos y metodológicos en el análisis de la organización cooperativa agropecuaria. *In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL*, VI, nov. 2002. **Anais ...** Porto Alegre: ALASRU/UFRGS, 2002. 1 CD-ROM.

LAPENU, Cécile; WAMPFLER, Betty. **Le microfinancement dans les pays en développement.** Evolution, théories et pratiques. Montpellier: CIRAD, 1997. 221p

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Cooperativismo e reprodução camponesa. *In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia (org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil.* São Paulo: Cortez, 1981. p. 133-155.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. <http://www.mda.gov.br/portal> , 2010.

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **TERRITÓRIOS DA CIDADANIA.** <http://www.mda.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/valedoribeirapr/file-storage>

MDA. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. SISTEMA DE INFORMAÇÕES TERRITÓRIAS. 2010.**
<http://sit.mda.gov.br/territorio.php?menu=territorio&base=1&informe=s>

PANZUTTI, Ralph. Contribuição para teoria cooperativista. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS, II, set. 2001, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: Comitê regional latino-americano da Aliança cooperativa internacional/Universidade de Buenos Aires, 2001. 1 CD-ROM. In Schröder. M. *Finanças, Comunidades e Inovação: Organizações Financeiras da Agricultura Familiar – O Sistema Cresol (1995 – 2003)*. Tese de Doutorado do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas –SP . 2005.

PERACI, Adoniram Sanches. **Construindo novos caminhos** — Sistematização da Experiência de Nutrição Humana e Micro Financiamento Rural dos Agricultores e Agricultoras Familiares do Vale do Ribeira — Brasil. Curitiba: DESER, 2002. Disponível em: <<http://www.deser.org.br>>. Acesso em: 20 nov. 2003.

PINHEIRO, M. A. H. Cooperativas de crédito : história da evolução normativa no Brasil / Marcos Antonio Henriques Pinheiro. – 6 ed. – Brasília : BCB, 2008. 92 p.

PINHO, Diva Benevides. **A empresa cooperativa:** análise social, financeira e contábil. São Paulo: Coopercultura, 1986. p. 9-17.

_____. **Tipologia cooperativista.** 18ª ed. São Paulo: CNPq, 1984. p. 31-57.

PRINCÍPIOS Cooperativistas. Cooperativa, Associação, Empresa de participação Igualitária. Noções Básicas – Apostila Centreicoop. Nova Petrópolis /RS. 89p. Disponível na Internet: <<http://www.nesfi.ufsc.br/finlocais.pdf>>. Acesso em: 02 jul. 2004. 190

PRONAF. PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR.
<http://www.pronaf.gov.br> Acessado 2009/2010

OLIVEIRA, Jader J. **A gestão do crédito rural no Brasil sob a globalização financeira** — o período 1995/2001. 2003. Tese (doutorado) – Programa de pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

Relatório Pronaf – **Resultados da Etapa PR.** IBASE, 2006.

REVISTA CRE\$OL, **Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária Cre\$ol Baser.** Francisco Beltrão – PR, março / 2005. www.cresol.com.br

SCHMIDT, Wilson; TURNES, Valério Alécio; CAZELLA, Ademir Antonio; SCHMIDT, Vanice Bazzo; SCHMIDT, Wilson; GELBCKE, Denielle. Associativismo e cooperativismo: o terceiro setor no desenvolvimento rural catarinense. *In*: VIEIRA, Paulo Freire (org.). **A pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento**. Florianópolis: APED, 2002. 312p.

SEAB. SECRETÁRIA ESTADUAL DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO.

<http://www.pr.gov.br/seab> Dezembro de 2009.

SCHNEIDER, João Elmo. O cooperativismo agrícola na dinâmica social do desenvolvimento periférico dependente: o caso brasileiro. *In*: LOUREIRO, Maria Rita G. (org). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981. p. 11-40.

SCHRÖDER. M. *Finanças, Comunidades e Inovação: Organizações Financeiras da Agricultura Familiar – O Sistema Cresol (1995 – 2003)*. Tese de Doutorado do Instituto de Economia da UNICAMP, Campinas –SP . 2005.

_____. *O Cooperativismo de Crédito Rural em Santa Catarina: Possibilidade e Limites de uma alternativa para a Agricultura Familiar*. Dissertação de Mestrado da Faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP, Campinas –SP, 1998.

SECRETÁRIA DA AGRICULTURA DO PARANÁ: Informações coletas através de contato pessoal. 2009.

YUNUS. MUHAMMAD. **O Banqueiro dos Pobres**. Editora Ática. 2005.1º Edição.8º impressão.